



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
 AUTORIZADO A RECEBER A TAXA PAGA PORTUGAL CONTRATO 377668
 AVISANDO A RECEBER A TAXA PAGA PORTUGAL CONTRATO 377668
 EM INVÓLUCRO FECHADO
 DEVIDO AQUELLE QUE NÃO
 PODE ABIR-SE PARA
 VERIFICAÇÃO POSTAL



FENPROF
 Federação Nacional
 dos Professores

www.fenprof.pt



greve

ao serviço docente
 extraordinário

de 1 de Março até final do ano lectivo

- Contra a desvalorização do valor da hora lectiva extraordinária
- Contra a "imposição de voluntariado" no trabalho individual
- Pelo direito ao pagamento do serviço extraordinário

Não podemos aceitar esta imposição

Para além disso, o valor pago pelo serviço extraordinário soma ao salário base para fazer aumentar a designada "taxa de redução remuneratória". Isto é, provoca uma redução ainda maior do salário e do valor da hora extraordinária.

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
 1070-128 LISBOA

JF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
 Mensal | nº 249 | Fevereiro '11 | 0,50 Euros



CONCURSOS EM 2011

10.000
 postais entregues
 na 5 de Outubro

Pág. 11

12 de Março > 15 horas
Professores e Educadores

VAMOS ENCHER O
CAMPO PEQUENO

Professores
 em LUTA

Professores
 em LUTA



2 de Abril, em Lisboa

Marcha pela Qualidade da Educação e em Defesa da Escola Pública

Professores, alunos, funcionários não docentes, pais, psicólogos e inspetores de ensino uniram-se em defesa da Escola Pública e da qualidade da Educação. Em causa está o ataque que tem vindo a ser desferido ao sector tutelado pelo Estado, marcado por cortes orçamentais que levam ao desinvestimento efectivo, políticas economicistas sujeitas aos ditames do Ministro das Finanças, medidas tão graves que terão forte impacto na organização das escolas e no seu funcionamento e desvalorização do trabalho dos profissionais do sector, que provocará forte desemprego e terá implicação negativa na qualidade do ensino.

“Este é um rumo que, a manter-se, conduzirá a Educação para um beco sem saída, para um buraco negro onde sabe que se entra, mas de onde não se sabe se será possível sair, ou, saindo, como se sairá.” — refere a nota das organizações promotoras da Marcha que se realizará em 2 de Abril, em Lisboa, e que promete encher as avenidas da capital num forte protesto contra as políticas de desvalorização desta função essencial do Estado. No dia em que se assinalam os 35 anos sobre a aprovação da primeira Constituição da República Portuguesa do pós-25 de Abril. | LL ●



Sobe de tom a luta dos professores

Envolvidos em várias frentes, o crescimento do protesto pela suspensão e revisão do modelo de avaliação, contra as alterações curriculares e contra todas as medidas economicistas que levarão ao despedimento de dezenas de milhares de professores, motivam duas fortes jornadas de luta em defesa da profissão e da escola pública, em 12 de Março e 2 de Abril, respectivamente. ●



Investigação científica não escapa

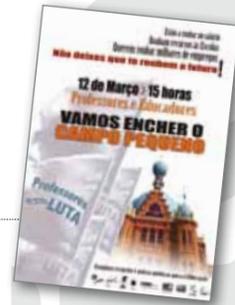
Os cortes verificados nos centros de investigação de, por vezes, 30% ou mais, sem aviso prévio aparente e sobre verbas que já deveriam ter sido recebidas, a par da crescente precarização do sector, designadamente através da utilização abusiva de bolsheiros de investigação como docentes, são apenas pequenas mas significativas demonstrações da extensão do ataque aos vários domínios do interesse público. Assim vai a educação e a investigação em Portugal. ●



04 Em foco

12 de Março de 2011:

Vamos voltar a encher o Campo Pequeno e sair à rua em protesto e exigência



06 Em foco

Investir na Educação
Defender a escola pública!

Manuel Nobre

08 Em foco

Subsídios para os Colégios penalizam a escola pública: recuo de Isabel Alçada revela orientação neo-liberal do governo

09 Financiamento

FENPROF defende aprovação de uma lei

Anabela Sotaia

10 Financiamento dos TEIP

Quando a irresponsabilidade é uma arma de coacção

António Nabarrete

11 Concursos

10.000 postais entregues no Ministério da Educação

14 Concursos

Petição na AR: a palavra aos deputados

17 Acção

Manifestação nacional a 19 de Março

JPO

18 Avaliação

Como exercer o direito à objecção de consciência

José Manuel Costa

20 Administração Pública

Defender os salários, os direitos, as pensões, os serviços públicos e a democracia



24 Nacional Greve às horas extraordinárias

28 País real

Ataque aos vínculos laborais: a mentira é a de sempre...

JPO

31 Culturais

No País do Jazz

É uma vergonha o que estão a fazer a este país, a este povo, a estes jovens e a estas crianças. É uma vergonha a subserviência de governantes e outros políticos que desistiram do país, para o entregarem a chantagistas externos.



É preciso parar esta pouca-vergonha!

Os agiotes que roubam o nosso país estão a chegar longe demais. Os portugueses ganham cada vez menos, consomem cada vez menos, sacrificam-se cada vez mais, mas essa gente sem rosto que rouba indecentemente e se enche imoralmente não pára na sua louca espiral de ganância.

Portugal está a atingir uma situação que, muito em breve, se traduzirá em rupturas sociais graves. O desemprego atinge valores nunca antes vistos e só o secretário de estado do emprego poderia fazer uma apreciação tão positiva, como idiota da situação que se vive. Oficialmente são mais de 620 mil os desempregados, mas, realmente, sabe-se que ultrapassam os 720 mil. O desemprego atinge níveis particularmente graves nos jovens e em grupos mais qualificados, tendo aumentado muito os desempregados de longa duração. Sabe-se ainda que cerca de 60% dos desempregados oficialmente registados não têm acesso a protecção no desemprego, vivendo do nada. De igual forma, a precariedade atinge níveis elevadíssimos e muito preocupantes.

É esta a situação de um país desgraçadamente deitado aos bichos por Sócrates e o seu governo dito socialista, que conta, sempre que necessário, com a mãozinha amiga da bancada social-democrata e a bênção do PR. Todos eles desistiram de Portugal, deixando-o à mercê dos tais agiotes que salivam com o cheiro putrefacto da indigência.

Na Educação, como não podia deixar de ser, a situação não é diferente. O governo começou por poupar à custa dos profissionais do sector, roubando nos seus salários e na sua estabilidade, e a caminho já vem o desemprego. As medidas que prepara para Setembro são violentíssimas para o sector. As escolas verão a sua organização pedagógica e as condições em que funcionarão postas em causa; os apoios sociais fragilizar-se-ão ainda mais neste país de fragilizações crescentes; os professores e outros trabalhadores da Educação engrossarão a extensa lista de desempregados e, não tarda, irão bater à porta da caridade por instinto de sobrevivência.

É uma vergonha o que estão a fazer a este país, a este povo, a estes jovens e a estas crianças. É uma vergonha a subserviência de governantes e outros políticos que desistiram do país, para o entregarem a chantagistas externos. É uma vergonha que nos vendam a retalho, como estão a fazer, e se preparem para nos vender em pó, como decerto decorrerá do conselho europeu que reunirá em 24 e 25 de Março próximos, onde pretendem aprovar um designado Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) que, dizem, visa preservar a estabilidade na área do euro. Os PEC já não lhes chega, querem ir mais longe: comida a carne e roídos os ossos, esfregam as mãos decididos em chupar-nos o tutano.

Que venham os polícias, até nos carros blindados. A onda de protesto tem de crescer e vai crescer contra estes vampiros que vêm em bandos da Europa e do mundo todo. ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redacção e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 31 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Director: Mário Nogueira | Chefe de Redacção: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redacção: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redacção: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 62.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501648060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF - Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial -R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 - 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

12 de Março de 2011

Vamos voltar a encher o Campo Pequeno e sair à rua em protesto e exigência

Os professores, educadores e investigadores, assumindo as suas responsabilidades no sistema e nas escolas e tendo em conta as consequências imediatas das medidas em curso no exercício da sua profissão e no próprio emprego – recordando-se que entre 30.000 e 40.000 horários de trabalho serão eliminados nas escolas até Setembro próximo – no dia 12 de Março voltarão a um dos espaços mais simbólicos do seu protesto e da sua luta: o Campo Pequeno.

Os professores vão de novo encher o Campo Pequeno numa grande manifestação de descontentamento e exigência que marcará um novo ciclo de uma luta que, verdadeiramente, nunca terminou, e vai conhecer, uma vez mais, uma forte expressão de rua. Mas os docentes reforçarão a sua acção através da participação em outras acções, designadamente:

- A não ser reposto pagamento devido do serviço extraordinário, a convocação de greve às horas extraordinárias a partir de 1 de Março, com períodos mensais de renovação de Pré-Aviso e até ao final do ano lectivo.

- Com a comunidade educativa (pessoal docente e não docente, psicólogos, inspetores de educação, pais e encarregados de educação, associações de estudantes) realizar uma grande Marcha Nacional pela Qualidade da Educação e em defesa da

Escola Pública, para 2 de Abril, em Lisboa.

- O reforço dos contactos institucionais, nomeadamente na Assembleia da República, estando já marcada reunião com a Comissão de Educação e Ciência para 22 de Fevereiro.

- O desenvolvimento de iniciativas de denúncia e exigência de mudanças, ao longo de uma semana, à porta do ME em que, em cada dia, será abordada uma das mais gravosas medidas que o governo pretende impor e suas consequências nas escolas.

- O início de um amplo debate dentro da classe e em diálogo com a restante comunidade educativa para o recurso à greve, podendo esta adquirir as mais variadas formas, desenvolver-se em períodos alargados de tempo e, tendo em conta o tempo ainda em falta do ano lectivo em curso, sendo considerados úteis todos os seus momentos.

O actual momento na Educação está marcado por:

- Ausência de negociação com os parceiros educativos: sindicatos, pais, estudantes, psicólogos, CNE, conselho das escolas, Assembleia da República cujas recomendações são simplesmente ignoradas.

- Imposição de medidas que porão em causa respostas educativas de qualidade, ao desorganizarem as escolas no plano pedagógico e criarem graves constrangimentos no seu funcionamento, com o único objectivo que é o de poupar mais

de 800 milhões de euros à custa de muitos milhares de trabalhadores, docentes e não docentes, e da qualidade do ensino. São o caso das alterações curriculares aprovadas (EVT, EA e AP), das normas com que o ME pretende que se organizem as escolas no próximo ano lectivo, da criação de mais mega-agrupamentos e veremos o que ainda aí vem de normas sobre a constituição de turmas.

- Imposição de medidas que desvalorizam o trabalho dos profissionais de Educação, sejam eles quais forem, tais como: roubo nos salários, congelamento de carreiras, violação de acordos e compromissos assumidos, alteração das regras de horário nocturno, alteração das regras sobre horas extraordinárias, arrastamento de situações ilegais diversas nas carreiras dos profissionais, alteração unilateral de suplementos remuneratórios pelo exercício de cargos e o desempenho de funções.

- Arrastamento, sem resolução, de situações de grande precariedade que se agravarão em 2011, quer por se traduzirem em desemprego, quer, no caso dos que eventualmente se mantenham no sistema, pela não realização de concursos para entrada nos quadros. Isto é válido para professores, alguns contratados há mais de 20 anos, assistentes operacionais, psicólogos ou inspectores de educação.

Como se isto tudo não bastasse, o ME insiste em manter medidas que, todos sabem, são hoje foco de grande perturbação e conflitualidade nas escolas, ou, pela sua natureza, degradam as condições em que estas funcionam. As consequências são sempre, em última instância para os alunos que vêem decrescer a qualidade das respostas educativas a que têm acesso. São disso exemplo:

- A avaliação de desempenho dos trabalhadores da educação, por assentar em princípios não formativos, é um grave problema com que as escolas se debatem, tanto a dos não docentes como a dos docentes, que tem vindo a merecer uma forte luta por se tratar, comprovadamente, de um modelo inaplicável, desajustado, discricionário e pejado de ilegalidades. O combate a uma avaliação que não contribui para a melhoria do desempenho, antes as constrange, será uma das bandeiras da luta dos profissionais, sejam eles avaliados ou relatores.

- A redução dos orçamentos das escolas que já teve lugar em Janeiro, mas, ouvindo as contas que a Ministra da Educação tem feito sofrerá ainda novos cortes.

- A transferência dos TEIP para financiamento por fundos comunitários, com consequências que estão ainda por apurar, designadamente no que respeita à sua duração e à contratação de trabalhadores.

- A redução abrupta do número de adjuntos das direcções das escolas, das condições de coordenação de departamentos e de estabelecimentos e, na prática, a eliminação das assessorias.



- A eliminação do número de horas destinado, no horário dos docentes, à componente de trabalho individual e a brutal redução do crédito global de horas atribuído às escolas para que se organizem.

- A eliminação, na prática, do desporto escolar que hoje envolve mais de 160.000 alunos.

- A eliminação das horas destinadas ao plano tecnológico, ao exercício do cargo de bibliotecário.

- A não criação de condições efectivas para que se desenvolva adequadamente, como a lei determina, a educação sexual nas escolas.

- A fixação de um calendário de exames que, como nunca, entra pelo mês de Agosto, pondo em causa o legítimo direito a férias por parte de docentes, não docentes, estudantes e suas famílias.

- O arrastamento de um regime de Educação Especial que não promove a inclusão ao deixar de fora dos apoios milhares de alunos com necessidades educativas especiais.

- A redução dos apoios sociais às famílias, que, pelo contrário, deveriam ser reforçados num momento em que o desemprego cresce, a precariedade se agrava, os salários são reduzidos e, simultaneamente, a escolaridade obrigatória se alarga.

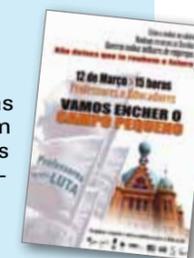
Estes são problemas vividos na Educação Pré-Escolar e nos Ensinos Básico e Secundário, mas, igualmente, no Ensino Superior, no Ensino Português no Estrangeiro e no Ensino Particular e Cooperativo onde algumas destas medidas estão já a ser antecipadas pelos proprietários dos colégios e se verificam despedimentos, alterações de horário e reduções de salário ilegais e a associação patronal pretende impor um Contrato Colectivo de Trabalho extremamente negativo. Agora que

chegou a acordo com o ME sobre o valor do financiamento a atribuir, não há razão alguma para continuar a penalizar os trabalhadores docentes e não docentes por uma alegada falta de recursos financeiros.

Por tudo o que se afirmou, confirmam-se os riscos que correm a Educação, o Ensino de Qualidade e a Escola Pública. ●

Lutamos

- Pela revogação das medidas que põem em causa respostas educativas de qualidade
- Pela reposição de respostas curriculares ajustadas
- Pela revisão das medidas que desvalorizam o trabalho dos Professores e Educadores
- Pela suspensão e revisão da avaliação deste modelo de avaliação do desempenho
- Pelo fim da precariedade dos vínculos laborais, contra o desemprego
- Pela realização de concursos para ingresso nos quadros e mobilidade
- Pelo direito à negociação com os parceiros educativos cujos pareceres, posições e recomendações são simplesmente ignoradas.



Investir na Educação

Defender a escola pública!

MANUEL NOBRE (Membro do CN da FENPROF)

Qualquer pretexto serve para atacar a Escola Pública! O défice, o buraco, a crise, o monstro, a tanga, o FMI, etc, etc, palmo-a-palmo os sucessivos Governos têm vindo a destruir e a desmantelar a Escola Pública.

Uma ofensiva que nos últimos anos levou ao encerramento de milhares de escolas em todo o país, inicialmente de forma mais ou menos discutível, depois com menos de 11 alunos e agora com o número 21 como bitola, num processo pautado pelo autoritarismo do Governo espelhado no desinteresse pelo estabelecimento de consensos com as autarquias e populações, na procura de soluções de reordenamento de qualidade e na razoabilidade nas deslocações das crianças, ofensiva essa que propõe aos municípios apoios na construção de Centros Escolares, como moeda de troca ao abate de escolas, ou mesmo à criação de mega-agrupamentos que constituem uma aberração do ponto de vista pedagógico e social.

Num quadro de uma estratégia de redução das responsabilidades do Estado nesta sua importante função social, o ME impede as escolas de desenvolverem respostas diversificadas para os alunos com necessidades educativas especiais, tornando-as instituições onde a exclusão se tornou a regra e a inclusão a excepção. A privatização de uma parte do currículo do

ção das AEC's transformou o conceito de Escola a Tempo Inteiro em Tempo Inteiro na Escola, transformando a criança num aluno permanente. Este é um processo asfíxiante para alunos, docentes e autarquias, que torna as aprendizagens débeis e o trabalho pedagógico infrutífero. A generalização do serviço de refeições foi e ainda está a ser realizada em muitos concelhos, sem respeito pelas mais elementares regras de higiene, salubridade e qualidade exigíveis num serviço desta natureza, com especial destaque para as recentes concessões a empresas que fornecem refeições congeladas à semana.

O Governo ao transferir para os Municípios e Freguesias várias responsabilidades sem as acompanhar das respectivas contrapartidas financeiras, não só asfixiou as autarquias a vários níveis, que por sua vez vão dando as respostas possíveis a uma escola cada vez menos pública e mais municipal, por onde se vai fazendo o caminho da privatização.

As recentes intenções do Governo vão no sentido de reduzir ainda mais a qualidade da Escola Pública, eliminando já a partir de Setembro dezenas de milhares de horários de uma forma cega e mouca: Eliminação do par pedagógico na EVT, o fim da área projecto e o fim, na prática, do estudo acompanhado. Da mesma forma, o ME pretende impor sem negociação, os horários de trabalho, as normas de organização do próximo ano escolar, quase extinguir o Desporto Escolar, reduzir o crédito horário das escolas, redução do número de horas de assessoria à

direcção das escolas, reduzir as horas das equipas do Plano Tecnológico da Educação; etc, etc. Com este tipo de medidas e com esta cegueira política de cortes que o Governo está a anunciar, representa um ataque violento ao emprego docente e à vida das escolas.

A FENPROF continuará a lutar por uma Escola Pública de Qualidade e verdadeiramente Inclusiva, pilar fundamental para o aprofundamento da democracia e para a construção de uma sociedade socialmente mais justa e solidária. ●



As recentes intenções do Governo vão no sentido de reduzir ainda mais a qualidade da Escola Pública, eliminando já a partir de Setembro dezenas de milhares de horários de uma forma cega e mouca



Alarga-se adesão ao Manifesto

“Investir na educação, defender a escola pública!”

Professores, trabalhadores não docentes, estudantes, pais, psicólogos educacionais e inspectores de educação convidaram outras organizações que intervêm no plano da Educação e no tecido social a juntarem-se a si na subscrição do Manifesto “Investir na Educação, Defender a Escola Pública!”. O convite estendeu-se a organizações sociais e sindicais, associações pedagógicas e científicas, associações de estudantes, de pais e encarregados de educação, municípios e um conjunto largo de outras entidades.

Este Manifesto foi divulgado publicamente em conferência de Imprensa realizada no passado dia 10 de Fevereiro. Uma semana depois de tornado público, já tinham, à hora do fecho desta edição, subscrito o Manifesto as seguintes organizações (que se divulgam por ordem alfabética): ANDAEP (Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas), ANDE (Associação Nacional de Dirigentes Escolares), APD (Associação Portuguesa de Deficientes), APECV (Associação de Professores de Educação e Comunicação Visual), APEVT (Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica), ATE (Associação dos Trabalhadores de Educação), CGTP-IN (Intersindical Nacional), CNOD (Confederação Nacional das Organizações de Deficientes), FERSAP (Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais) e USI (União dos Sindicatos Independentes).

Estas são as primeiras dez organizações, de muitas que, certamente, se juntarão a FENPROF, SPLIU, ASPL, FENEI, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SIPE, SIPPEB, CONFAP, CNIPE, DNAEESB, FNSFP, STAL, SIEE e SNP. São já 26 as organizações subscritoras de um Manifesto que, pretende-se, venha a reunir muitas dezenas de adesões institucionais e milhares de assinaturas individuais.

Para além da subscrição online é também possível obter (para papel) em dois formatos de Manifesto, um para subscrição individual, outro para subscrição institucional. ●

+ INFO www.fenprof.pt



NO ALVO

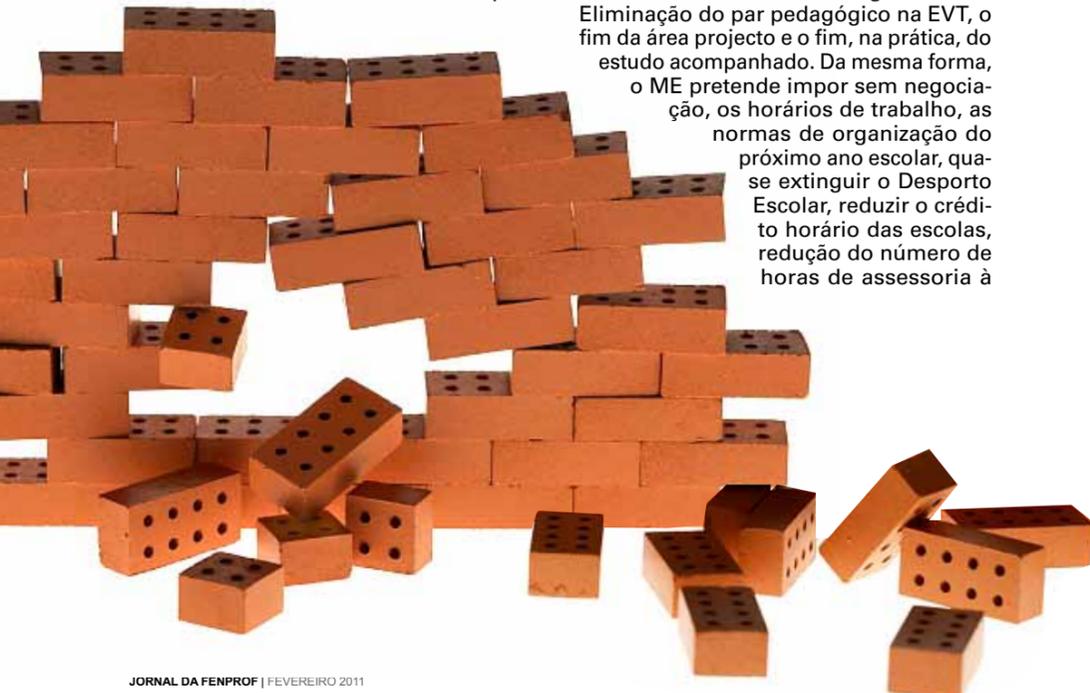
Unidos contra os professores!

PS e PSD voltaram a unir-se contra os professores. Desta vez, para impedirem que a avaliação de desempenho deixasse de contar para efeitos de concurso.

Como se sabe, a consideração da avaliação nos concursos, dada a natureza do regime de avaliação, as quotas e todas as discricionariedades que marcam este processo, é de uma extrema perversidade. E foi com tal perversidade que PCP e BE procuraram acabar apresentando projectos de lei que, sendo aprovados, retirariam a avaliação do concurso. Só que o PSD, abstendo-se, juntou-se ao PS e a conjugação dos seus votos impediu a aprovação destas leis.

Tem sido esta a postura de dois partidos que parecem ter-se unido contra os professores e a Educação. Foi com os votos do PS e a abstenção do PSD que o governo conseguiu cortar 803 milhões na Educação, este ano; foi com esse sentido de voto que os dois partidos impediram a suspensão do actual modelo de avaliação... tem sido assim que as políticas, e não apenas para a Educação, têm vindo a passar na Assembleia da República e o país se tem vindo a afundar cada vez mais numa crise que não parece reverter.

Aos professores compete exigir, cada vez mais, que as palavras dos deputados e dos partidos se transformem em actos. Através do site da Assembleia da República é possível chegar aos e-mails dos deputados, pelo que poderão os professores enviar aos eleitos pelos seus distritos e/ou aos que integram a Comissão de Educação e Ciência, o seu protesto, as suas preocupações e as suas propostas. | M.N. ●



Subsídios para os Colégios penalizam a escola pública

Recuo de Isabel Alçada revela orientação neo-liberal do governo

LUÍS LOBO (Membro do SN da FENPROF)

Apresentada como uma medida moralizadora do sistema e capaz de redefinir a orientação a dar ao apoio do Estado à contratualização de serviço público com os promotores privados do ensino, a opção do governo em matéria de financiamento das instituições de ensino privado e cooperativo, pelo contrário, agravou a situação até aqui existente.

Com o anúncio do acordo a que ME e AEEP chegaram no dia 9 de Fevereiro o que obtêm os padrões do ensino privado? O alargamento do período de duração dos contratos de associação, passando de 3 para 5 anos, a manutenção de um financiamento médio por aluno e por turma superior ao que se verifica no ensino público e a inexistência de quaisquer critérios delimitadores das condições em que esses contratos podem ser celebrados.

Relativamente a este último aspecto, a lei anterior impedia que a celebração de contratos de associação fosse feita com colégios que se situassem num raio inferior a quatro quilómetros da escola pública mais próxima. Com o novo regulamento essa limitação não existe. Tal significa que, independentemente da orientação político-partidária do governo a decisão será sempre política, nunca será de ordem técnica e estará sempre sujeita a factores subjectivos que decorrem da capacidade de lobbying dos promotores privados no sector do ensino.

A alteração da decisão operada pelo

Ministério da Educação faz com que apenas 5% das turmas financiadas em 2010-2011 deixem de o ser, o que significa a manutenção dos privilégios dos donos das instituições privadas.

Esta derrota do sistema de ensino e este roubo aos bolsos da esmagadora maioria dos portugueses, já que pagam dos seus impostos para que, apesar de haver oferta pública, alguns portugueses possam ter os seus filhos numa solução privada de ensino que utiliza dinheiros públicos, é também uma cedência a toda a linha ao Fórum Liberdade de Educação, que é tutelado pelos interesses mais fundamentalistas em matéria de privatização do sistema de ensino com ligações ao sector financeiro privado português. Mas é também uma cedência tremenda aos objectivos traçados pelo PSD e por Passos Coelho os quais já anunciaram ser seu objectivo a alienação do sistema de ensino público e a revisão constitucional no que às obrigações do Estado com o ensino diz respeito.

Terá chegado, pois, a hora de a comunidade educativa se insurgir, manifestar o seu direito à indignação e ter uma postura de exigência em relação ao que lhe pertence. Alunos, docentes e funcionários não docentes das escolas, pais e encarregados de educação, psicólogos e inspectores de educação, todos a uma só voz têm de partir para uma luta que será a da defesa de um dos seus maiores bens – a escola pública.



A alteração da decisão operada pelo Ministério da Educação faz com que apenas 5% das turmas financiadas em 2010-2011 deixem de o ser, o que significa a manutenção dos privilégios dos donos das instituições privadas.

E nas escolas, conhecidos agora, publicamente, os dados, trabalhados por uma equipa de investigadores da Universidade de Coimbra, com que temos de trabalhar para que sejam feitas as devidas correcções de um sistema minado pela corrupção e pelo compadrio, as suas direcções devem, têm esse dever, exigir, já a partir do próximo ano lectivo, a progressiva devolução ao ensino público das turmas que lhe pertencem. ●



FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS

FENPROF defende aprovação de uma lei

ANABELA SOTAIA (Membro do SN da FENPROF)

A Educação, como todas as funções sociais, está a ser objecto de um profundo e grave ataque em resultado das políticas seguidas por este governo com a conivência de outros partidos, designadamente do PSD que viabilizou o OE 2011, com cortes no valor de 803 milhões de euros num sector tão fundamental para o desenvolvimento do país.

A Educação não pode viver a prazo e sem futuro, ao sabor de disponibilidades e intenções economicistas ou paixões de cariz ideológico e por isso há muito que a FENPROF defende a revisão da política de financiamento do sistema educativo não superior, com a aprovação de uma Lei de Financiamento da Educação por parte da Assembleia da República que deixe claras as responsabilidades do Estado para com as escolas públicas e integre as regras de contratualização e financiamento das escolas privadas que promovem uma resposta pública de ensino. É imperioso que tal aconteça rapidamente.

Uma Lei que estabeleça um quadro transparente e objectivo de todo o financiamento, com critérios claros, objectivos e mensuráveis em função do custo real dos estabelecimentos de ensino, de forma a estabelecer-se um valor justo e adequado às exigências educativas com que estão confrontados e à promoção de um ensino de qualidade para todos. Esses critérios deverão ter em conta, nomeadamente, o número de alunos, o número de turmas e o número de estabelecimentos

de ensino envolvidos. É igualmente necessário proceder-se à discriminação positiva de escolas e regiões por forma a que todos os alunos tenham acesso, em condições de igualdade, a um Ensino e a uma Educação de Qualidade. Uma lei que inclua, igualmente, as responsabilidades das autarquias e das famílias.

Depois de fixados os critérios, apresentadas as candidaturas e garantido o financiamento, é necessária uma gestão séria e rigorosa das verbas pagas pelo Estado e uma fiscalização adequada por parte da Inspeção-Geral de Educação.

Mas porque a prioridade do investimento público deve ser no reforço das condições materiais e humanas das escolas públicas e no alargamento da rede pública de estabelecimentos de ensino, entende a FENPROF, também, que devem ser definidas condições que estabeleçam os critérios e os limites para a celebração de contratos de associação de promotores privados com o Estado, os quais, não se verificando, ou deixando de existir, devem ser motivo de justa causa para que os mesmos sejam suspensos ou revogados. ●

FENPROF dirige-se aos Pais

Uma boa escola pública interessa a todos!

ANTÓNIO AVELÃS
(Membro do SN da FENPROF)

A comunidade educativa de uma escola/agrupamento envolve os diferentes sectores a quem a escola diz directamente respeito. Um dos sectores é o dos encarregados de educação. É verdade que eles têm assento no Conselho Geral da escola/agrupamento e em alguns casos têm Associação de Pais e Encarregados de Associação que os representam. Mas na defesa de uma escola pública de qualidade para todos é necessário que se mobilizem todos os pais e não apenas os que pertencem a estes órgãos. Ora, o próximo ano lectivo ameaça confrontar-nos com uma situação que objectivamente degradará a qualidade do ensino nas nossas escolas. Concorrem para essa situação a criação pedagogicamente absurda dos mega-agrupamentos, criando unidades de 2 a 3 mil alunos, situação já abandonada na maior parte dos países europeus; a redução prevista do número de professores, sobrecarregando horários já “pesados” dos que ficam; a redução do número de horas de cada escola/agrupamento para actividades de apoio, projectos, clubes e actividades não especificamente lectivas, a redução do número de membros dos órgãos de gestão... Enfim: é necessário que todos nos envolvamos de modo a exigir que nas nossas escolas a qualidade pedagógica se sobreponha a visões de economicismo estreito que comprometem o futuro. ●



Financiamento dos TEIP

Quando a irresponsabilidade é uma arma de coacção

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do SN da FENPROF)

Os sucessivos PEC's e, fundamentalmente, o Orçamento de Estado para 2011 procuram romper o equilíbrio de fontes de financiamento e empurrar os TEIP, por meios ínvios não isentos de coacção, para um modelo de financiamento pouco claro, irresponsável nos métodos e que põe em causa o seu futuro

A génese dos TEIP

Os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) foram criados em 1996 e tinham como missão, segundo o preâmbulo do despacho nº 147 B/ME/96, criar as condições que permitissem garantir a universalização da educação básica de qualidade e promover o sucesso educativo de todos os alunos e, muito particularmente, das crianças e dos jovens que se encontram em situações de risco de exclusão social e escolar.

Os projectos educativos dos TEIP deviam ser apresentados à respectiva direcção regional de educação, entidade com a qual seria negociado o seu desenvolvimento, quer na vertente pedagógica quer na vertente financeira.

Nessa primeira fase foram criados 35 agrupamentos TEIP. Independentemente da sua importância na territorialização das políticas educativas, acabaram por se constituir como uma espécie de "Cavalo de Tróia" da subsequente orientação do Ministério da Educação no sentido da destruição da identidade da generalidade das escolas do país que foram agrupadas, e mega-agrupadas, à força num processo que atinge hoje em dia foros demenciais.

Alguns dados importantes

Em 2006, aos 35 agrupamentos da 1ª fase dos TEIP vieram juntar-se mais 24. A partir do ano lectivo de 2008/2009 houve um relançamento do Segundo Programa de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP2), através do Despacho Normativo nº 55/2008, de 23 de Outubro, que incentivou a criação de mais 46, fixando o seu número actual em 105: 38 no Norte, 9 no Centro, 43 em Lisboa e Vale do Tejo, 9 no Alentejo e 6 no Algarve. O que abrange um total de 135.243 alunos (dados do DGIDC para 2010/11), de todos os ciclos de ensino, correspondendo a cerca de 10% do total dos alunos do ensino público. Em termos de recursos humanos os TEIP dispõem para este ano lectivo de 292 docentes com horário completo, 4.278 horas de crédito horário (equivalente a 194 docentes a tempo inteiro) e 467 técnicos.

No plano financeiro, os contratos-programa firmados entre os Agrupamentos e as Direcções Regionais de Educação totalizam 39.010.288,59 €, segundo o DGIDC, esforço financeiro que é co-financiado pelo Fundo Social Europeu, através dos Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo do POPH – medida 6.11.

A intenção do recurso a este co-financiamento tinha em vista pagar, com fundos europeus, a despesa acrescida dos TEIP em relação às restantes escolas, nomea-

damente os técnicos necessários ao seu funcionamento e os materiais específicos da sua didáctica.

Irresponsabilidade e coacção

Os sucessivos PEC's e, fundamentalmente, o Orçamento de Estado para 2011 procuram romper o equilíbrio de fontes de financiamento e empurrar os TEIP, por meios ínvios não isentos de coacção, para um modelo de financiamento pouco claro, irresponsável nos métodos e que põe em causa o seu futuro. Ao mesmo tempo transforma-os de novo no "Cavalo de Tróia" do processo de destruição do ECD, ao pretender esbater ilegalmente a separação entre componente lectiva e não lectiva para garantir mais financiamento do POPH.

A história conta-se em poucas linhas. As direcções regionais estão a pedir aos directores dos TEIP que multipliquem o pedido de verbas das suas candidaturas aos fundos comunitários. Os meios a utilizar para esse desiderato passam pela alteração dos projectos, quer no sentido de aumentar os pedidos de financiamento para a contratação de professores para actividades de enriquecimento curricular quando, na realidade, são para leccionar Português ou Matemática, quer através da elaboração de dossiers que retroactivamente transformam a componente individual dos professores do quadro num conjunto de actividades sumariadas que possam ser elegíveis aos fundos do POPH.

As pressões têm sido exercidas de forma verbal procurando comprometer essencialmente os directores dos TEIP que, por sua vez, quando cedem a essas pressões, acabam por procurar comprometer os seus professores do quadro num processo semeado de falsidades e que põe em causa a dignidade da profissão.

Aos professores pede-se firmeza na exigência de despachos escritos bem aclarados sobre o que pretendem que eles façam e não corresponde à verdade, ao mesmo tempo que não hesitem em denunciar todas as ilegalidades; aos directores dos TEIP que preservem a sua dignidade e recusem tudo o que se afaste da verdade e da lei. O défice orçamental não justifica tudo e 10% da Escola Pública não pode ter este tratamento que põe em causa a sustentabilidade dos projectos e a sua própria dignidade. ●

“ Os agrupamentos TEIP acabaram por se constituir como uma espécie de "Cavalo de Tróia" da subsequente orientação do Ministério da Educação



10.000 postais entregues na 5 de Outubro

Dar estabilidade às escolas e aos professores, exigir ao M.E. que honre a palavra

No passado dia 3 de Fevereiro, a FENPROF fez chegar ao Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, a exigência de realização de concursos de colocação de professores (mobilidade e ingresso em quadros) em 2011, subscrita por mais de 10.000 professores e educadores em postais dirigidos à Ministra da Educação.

A Ministra foi o rosto do Governo no compromisso para a realização de concursos em 2011, compromisso que, entretanto, subjogada à ditadura das Finanças (Ministério que verdadeiramente dirige a Educação), já não quer honrar.

Como sublinha uma nota de imprensa divulgada pela FENPROF, a falta de palavra prejudicaria gravemente as escolas que precisam de corpos docentes estáveis e adequados às suas necessidades e prejudicaria muitos milhares de docentes que dependem dos concursos para estabilizar a situação profissional ou, legitimamente, para melhorar a sua colocação.

Esta situação foi devidamente explicada junto da comunicação social, à porta do Ministério da Educação, onde se deslocaram várias equipas de reportagem, seguindo-se uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto

e da Educação para entrega dos postais. Recorde-se, entretanto, que no passado dia 11 de Janeiro, a FENPROF esteve na AR para uma reunião com a Comissão de Educação e Ciência, a propósito da Petição que reuniu 12.301 assinaturas e a que se juntaram (11/01/2011) mais 4.093, requerendo a intervenção parlamentar no sentido de se realizar, em 2011, o concurso de professores com o qual o Ministério da Educação se comprometeu há um ano.

Como foi explicado aos deputados, as razões dos peticionários são claras:

- A necessidade de estabilizar o exercício profissional da docência (num sector em que cerca de 30% são trabalhadores precários, a que acrescem os 100% de docentes contratados para as AEC);
- A possibilidade de milhares de docentes, impedidos de concorrer em 2009, serem agora candidatos à mobilidade inter-escolas;
- A enorme necessidade que as escolas têm de contar com um corpo docente estável;
- O facto de os compromissos políticos deverem ser honrados, sendo que a realização deste concurso corresponde a um compromisso assumido pelo ME em Janeiro de 2010. ●



O Emprego enquanto valor essencial da Democracia

O espectro do desemprego aumenta continuamente, atirando muitos cidadãos para o início de uma longa trajetória de deterioração das suas condições existenciais, das da sua família e da sua comunidade e que resulta amiúde, na exclusão do convívio social.

Este drama social é tanto mais grave quanto mais sombrias são as perspectivas de inversão desta tendência. Se acrescentarmos aos que perderam o seu posto de trabalho, os milhões de refugiados e migrantes à procura de abrigos e oportunidades para reconstruírem suas vidas, caracterizamos o perfil de uma crise do sistema que condena, em escala crescente, uma vasta parcela da humanidade à fome, miséria e exclusão da vida social e cultural.

A exclusão que aqui refiro não é apenas a situação de falta do mínimo para atender às necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, educação, saúde e lazer) das populações, mas sobretudo, o bloqueio de opções, de possibilidades de desenvolvimento. Esta falta de oportunidades de escolha provoca sofrimento material e psíquico, porque induz um processo de erosão na dignidade pessoal, na auto-estima e, pior, no sentimento de pertença à comunidade.

Como sobreviver então, numa sociedade que nega, a contingentes cada vez mais numerosos, o acesso ao trabalho e, com isso, ao consumo mínimo, à informação e à participação política? É possível conquistar ou manter os direitos à cidadania, sem ter um emprego?

A onda de desemprego que varre o mundo tem desviado a atenção da deterioração do clima social e moral entre aqueles que ainda têm os seus empregos. Faz sentido exigir lealdade e dedicação à empresa, se os seus donos mudam ou são substituídos em consequência de fusões, deslocalizações e outras manobras especulativas do capital, semeando tragédias individuais e colectivas, de famílias e de comunidades inteiras?

A instabilidade no emprego e o assalto à segurança social do trabalhador, produzem uma queda irresistível da moral privada e pública, individual e colectiva. Ainda recentemente, o governo obrigava-se a zelar e a proteger os direitos dos trabalhadores, face



às pressões permanentes e às práticas agressivas do capital. Hoje, é o próprio governo que, sob a alegação de tornar a economia mais competitiva, estimula empresas a infringirem a lei de protecção e de segurança social do trabalhador.

Este é um problema de democracia!

O acto de votar é para muitos a referência de democracia. Mas ela é muito mais do isso! Ela só tem sentido, se existir um mínimo de coesão social, os cidadãos só participam na vida em comunidade se sentirem que são parte dela. Ora, o trabalho continua a ser um dos mais poderosos pilares de dignificação do indivíduo e de integração social. É através do trabalho que se define o lugar nessa sociedade.

O desemprego não se limita a excluir os cidadãos de direitos e deveres, exclui-os do seu lugar de pertença na sociedade. E quem se sente excluído deixa de acreditar na vida, num projecto colectivo e, nos que foram eleitos para dirigir o País. Este flagelo é a diminuição da participação cidadã e portanto, da democracia.

Lutar pelo pleno emprego deve ser a principal prioridade de qualquer sociedade democrática. É uma questão de direitos humanos! Mais do que isso: é uma questão de sobrevivência da democracia e de um projecto colectivo que assenta na justiça social e numa sociedade na qual todos devemos estar de pleno direito! •



DEOLINDA MARTIN (Membro do CN da FENPROF)

Uma vergonha

O Ministério da Educação está a publicitar um curso de formação contínua dado pelo ISCTE sobre avaliação de desempenho dos docentes. É reservado a docentes dos quadros detentores de mestrado e, no final do prospecto lá está, em letras pequenas (mas não tão pequenas que não se leiam bem), que "Após a realização da Formação os docentes serão convidados a assinar um contrato de prestação de serviços com a DGRHE, enquanto formadores para efeitos de disseminação da presente formação."

Sabia-se da intenção da administração de começar com estas formações em avaliação de desempenho. Compreende-se: a formação contínua é uma área em que o Ministério tem evidentes défices. Ao longo destes anos em que teimosamente mantém a intenção de prosseguir com um modelo por (quase) todos considerado ineficaz e iníquo sempre foi afirmando que daria formação nesta área. Será agora, espero que com resultados positivos, isto é, que os formandos analisem e compreendam que este modelo está a destruir muito do que de mais positivo existia nas escolas - o regime de cooperação inter-pares - e ao mesmo tempo a bloquear o normal funcionamento das escolas com a torrente de procedimentos, descritores, fichas, perfis de desempenho, grelhas de observação e tantos outros papéis e papelinhos.

Não posso deixar de assinalar as últimas linhas do prospecto, a tal promessa de um "contrato de prestação de serviços". Alimenta-se a cupidade de alguns na esperança de recrutar mais uns arautos da bondade de um modelo, do género "catequizadores"?

Desenganam-se, pois nem assim o ME conseguirá impor um modelo que a maioria dos docentes rejeita. Como se verá!

Geração lixada

A auto proclamada geração à rasca que se revê na já célebre canção dos Deolinda começa a rebelar-se. Até Maria de Lurdes

Rodrigues vem, pressurosa, dizer que concorda com uma parte da letra, só não concorda com o refrão. Que é sempre melhor ter mais qualificações qualquer que seja o cenário. Parece-me que, mais uma vez, lhe passou tudo ao lado. Já não é novidade. Em tempos ainda bem próximos o essencial também lhe passou sempre ao lado. Os professores que o digam!

A questão fundamental é a da falta de esperança de toda uma geração de jovens (e de menos jovens, já agora). Falta de esperança que Maria de Lurdes bem incentivou ou não foi ela que destruiu a possibilidade desta geração (hoje com 10 e 15 anos de serviço) entrar nos quadros e começar uma carreira, a carreira de professores? E não foi ela e o Governo de que fez parte que condenou ao desemprego dezenas de milhares de trabalhadores, professores e muitos outros, bloqueando o ingresso de trabalhadores na administração pública? Não foi ela e o Governo de que fez parte que contratou ou mandou contratar, que para o caso é o mesmo, milhares a recibos verdes nas AECs? Não foi o governo de que fez parte que reviu o código do trabalho para limitar a contratação colectiva, com as cláusulas de caducidade, e que criou os despedimentos à la minute?

Mais que geração à rasca esta está a ser uma geração lixada pelas Marias de Lurdes e pelos Sócrates.

Maria de Lurdes e Sócrates e os seus governos merecem pois a censura dos portugueses. E não fora a falta de esperança geral e de alternativas reconhecidas pela sociedade portuguesa e creio que esta gente não se livraria de uma censura com consequências. A realidade muda, como todos bem sabemos, se fizermos por isso e só se fizermos por isso. A 12 de Março, no Campo Pequeno, em Lisboa, vamos recomençar o caminho da mudança. •



MANUEL GRILLO | manuelgrilo@spgl.pt

O fim do par pedagógico em EVT



Henrique Monteiro

Petição pela realização de concursos em 2011

FENPROF entrega mais de 26.000 assinaturas

Tendo em conta o ambiente extremamente negativo que existe nas escolas públicas em relação ao emprego e ao anunciado aumento da precariedade, espera-se que as mais de 26.000 assinaturas obtidas nesta petição possam colher do parlamento a interpretação justa para uma realidade que podem condicionar. Sinal muito negativo não deixa de ser a ausência de opinião do PSD ou a sua reserva para o debate na AR, como afirmou o PS. O debate o dirá, num contexto em que não se admitem quaisquer posições de duvidosa sustentabilidade.

A palavra aos deputados



Miguel Tiago, PCP

O Partido Comunista Português, através do seu Grupo Parlamentar, apresentou no debate de especialidade um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2011, entre as quais, a de aditamento de um novo artigo, obrigando o Governo a realizar um concurso de ingresso e mobilidade. Perante os votos do PS, PSD e CDS, essa proposta do PCP não obteve a necessária viabilidade para garantir a realização desse concurso. No entanto, o PCP continua a colocar como essencial a realização desse concurso para assegurar a estabilidade no emprego a mais de 20000 docentes que prestam serviço através de contratos a termo, assim suprimindo necessidades efectivamente permanentes do sistema de ensino.

O PCP apresentou um Projecto de Lei para a abertura imediata de concurso de ingresso para todos os horários que abram nas escolas durante 3 ou mais anos consecutivos. Contudo, PS e PSD, com os seus votos contra, inviabilizaram igualmente essa solução. Sem prejuízo de eventuais iniciativas que o GP PCP ainda possa vir a apresentar, mantém-se a posição política de fundo que se prende também com a exigência do cumprimento dos acordos estabelecidos com as estruturas sindicais dos professores, entre os quais se encontra a realização do referido concurso. ●

Ana Drago, BE

Uma das tendências do sistema educativo público nos últimos anos tem sido a agudização da precariedade dos professores que asseguram o dia-a-dia das nossas escolas. De facto, de ano para ano o número de docentes contratados a prazo vai crescendo exponencialmente. Muitos destes docentes perpetuam a sua condição de contratados por vezes há mais de uma década. É uma injustiça e é inaceitável.

Nesta legislatura o Governo reconheceu publicamente a insustentabilidade desta situação. Foi esse um dos principais compromissos assumidos pelo actual Governo – realizar em 2011 um concurso para ingresso na carreira e mobilidade. Compromisso que foi, aliás, assumido durante a negociação com as estruturas sindicais dos professores, e foi um dos principais aspectos que permitiu o acordo entre Ministério da Educação e sindicatos no início de 2010. No final de 2010, o Governo voltou com a sua palavra atrás e deu o dito por não dito, e decidiu que o concurso de 2011 seria adiado por razões orçamentais. Assim que essa posição foi conhecida o Bloco de Esquerda apresentou, no debate do Orçamento de Estado, – e vai voltar a apresentar no âmbito da discussão da Petição entregue pela FENPROF na AR sobre esta questão – um projecto de lei no sentido de fazer cumprir o compromisso assumido pelo Governo. Entendemos ser fundamental realizar

esse concurso de ingresso na carreira e de mobilidade já em 2011. Fazendo o apuramento das verdadeiras necessidades permanentes: todas as vagas que tenham sido colocadas a concurso de necessidades transitórias por três anos sucessivos ou que, durante esse mesmo período, tenham sido preenchidas mediante recurso a renovações de contratos a termo certo de docentes, sejam agora colocadas a concurso. ●

Henrique Borges, CDS/PP

Os educadores e professores contratados, que respondem às necessidades permanentes do sistema educativo, têm aumentado de ano para ano, enraizando a precariedade de milhares de profissionais.

O Governo defendeu os concursos plurianuais com a necessidade de promover a estabilidade nas escolas. O CDS subscreve o princípio, mas o que se verifica é exactamente o contrário, existindo cada vez mais educadores e professores sem vínculo, que anualmente são deslocados de escola e das suas famílias.

Acresce que todos os anos, centenas de profissionais do quadro são aposentados, sem que os lugares abertos em concurso compensem essas saídas. Esta prática recorrente, agravou-se nos últimos anos. Existem actualmente cerca de 30 000 professores contratados, o que evidencia ser esta uma opção financeira imposta ao Ministério da Educação. A qualidade da escola pública que defendemos, não se compagina com a instabilidade no trabalho, cientes que estamos das necessidades das escolas. Defendemos, conforme proposto pelo CDS e aprovado no Parlamento, a abertura de um concurso, que contrarie a lógica estabelecida e que produza os efeitos desejados, no próximo ano lectivo. ●

Os Verdes

Quando tomou posse o actual Governo, com a educação sob a tutela de Isabel Alçada, os professores criaram alguma expectativa de um novo ciclo neste sector, mesmo com desconfiança, legítima e justificada. Assim, quando em Janeiro de 2010 era assumida publicamente a realização de um concurso para professores, a ter lugar em 2011, tratava-se do anúncio de uma posição ética e de direito que assistia a um larguíssimo número de professores. Tratava-se de repor justiça para milhares de docentes que foram impedidos de concorrer no simulacro de concurso que aconteceu em 2009, onde as vagas positivas em

concurso eram residuais. Como já é seu timbre, o Governo voltou a negar justiça e consequentemente democracia, rasgando os acordos que havia estabelecido com as organizações representativas dos professores, mantendo um elevadíssimo número de professores, absolutamente necessários às escolas, contratados a prazo, com um propósito economicista, demonstrando falta de palavra e um profundo desrespeito pelos agentes de formação e educação no país. O direito ao trabalho com direitos é fundamental para todos os seres humanos. Esta prerrogativa, contudo, e pelo que tem sido demonstrado, parece não existir no léxico do PS. Para o Partido Ecologista “Os Verdes”, como julgamos ter ficado claro no que atrás foi referido, é fundamental para a escola pública, e para os profissionais que nela trabalham e que a constroem diariamente, que se realizem os concursos assumidos e que, dado o atraso, se agilizem todos os procedimentos legais que conduzem aos mesmos. ●

Grupo Parlamentar “Os Verdes”

Bravo Nico, PS

Do grupo parlamentar do Partido Socialista não obtivemos um depoimento de concordância, discordância ou um mero comentário sobre a petição entregue pela FENPROF na AR que conta já com mais de 26.000 assinaturas online, pelo que publicamos a carta que nos foi remetida pelo deputado Bravo Nico.

Exmo. Senhor Coordenador do Departamento de Informação e Comunicação da FENPROF

Em resposta à vossa solicitação de depoimento relativo à Petição entregue na Assembleia da República e respeitante à realização de Concursos de Docentes para o ano 2011 (Petição 122/XI/2ª), o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende reservar a sua posição para o momento em que a iniciativa for discutida no Parlamento. Esta nossa posição decorre do facto de entendermos que, por respeito aos peticionários, aos restantes grupos parlamentares e ao regimento da Assembleia da República, as posições dos grupos parlamentares deverem ser assumidas no Parlamento, nos momentos próprios e através dos procedimentos parlamentares adequados. ●

CORTE NOS SALÁRIOS

BE e PCP requerem declaração de inconstitucionalidade

MANUEL GRILO
(Membro do SN da FENPROF)

Vinte e três deputados do PCP e do BE requereram ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da redução salarial imposta pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011).

É mais uma iniciativa de grande importância que se junta a toda a contestação que os Sindicatos da FENPROF e os professores individualmente têm vindo a fazer. O requerimento, que pode ser lido na íntegra em www.fenprof.pt, faz ressaltar a violação de um conjunto de disposições e princípios constantes da Constituição da República Portuguesa. Em especial, o requerimento chama a atenção para a violação dos seguintes princípios:

- Violação do princípio do Estado de Direito;
 - Violação do princípio da igualdade;
 - Violação do direito fundamental à não redução do salário;
 - Violação do direito fundamental de participar na elaboração da legislação laboral por parte das entidades representativas dos trabalhadores. Um dos aspectos que a argumentação apresentada neste documento salienta é que a Lei do Orçamento de Estado estabelece a redução definitiva e permanente das remunerações “(...) e não apenas temporária, uma vez que a alteração legislativa que se introduziu não foi acompanhada de qualquer cláusula de temporalidade. (...) A gravidade desta medida, para além daquilo que tem de injusto e de imoral, é também de natureza jurídica, por violar a Constituição da República Portuguesa, em várias das suas disposições e princípios.”
- Esta iniciativa parlamentar, sendo valiosa, não dispensa a luta dos sindicatos e dos trabalhadores individualmente considerados. A impugnação do salário, que milhares de professores fizeram, e as iniciativas que agora se seguirão no plano judicial são indispensáveis para o êxito desta luta contra o abaixamento geral dos salários, verdadeira razão destes cortes nos salários dos trabalhadores da administração pública. ●



CGTP-IN promove Dia de indignação e protesto dos trabalhadores portugueses

Manifestação nacional a 19 de Março

A CGTP-IN decidiu promover um dia de indignação e protesto dos trabalhadores, dos sectores público e privado, dos jovens, nomeadamente com vínculos de trabalho precários, dos desempregados e dos pensionistas e reformados, com a realização de uma grande manifestação nacional a 19 de Março (sábado), em Lisboa, contra as injustiças e as desigualdades, pela mudança de políticas.

Reunido no passado dia 16 de Fevereiro, o Conselho Nacional da Central sublinhou a necessidade de intensificar o esclarecimento e a mobilização, em articulação com a dinamização da acção reivindicativa e da organização sindical, a partir do reforço da unidade na acção com todos os traba-

lhadores e organizações sindicais, pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, contra as políticas erradas e injustas do Governo e as posições retrógradas do patronato.

A Inter incentiva e apoia as lutas dos trabalhadores em todos os sectores, regiões e empresas, incluindo o Encontro Nacional da Administração Pública, no dia 19 de Fevereiro; o Plenário Nacional de Professores, no dia 12 de Março, no Campo Pequeno e a Marcha Nacional pela Educação, no dia 2 de Abril, em Lisboa.

Dinamizar a comemoração do Dia Internacional da Mulher (8 de Março) com a realização de um conjunto vasto de acções diversificadas nos locais de trabalho e em iniciativas sectoriais e distritais com expressão pública, envolvendo o maior número de trabalhadoras e trabalhadores, pela efectivação da igualdade de direitos, exigindo resposta às suas justas reivindicações e apelar a uma forte participação de jovens trabalhadores nas lutas em desenvolvimento nos sectores público e privado e de forma especial na Manifestação da Juventude Trabalhadora, que se realiza no dia 1 de Abril, em Lisboa ("Em Luta! Queremos trabalho! Exigimos direitos!"), contra todas as precariedades e o desemprego, foram outras das orientações saídas do plenário do Conselho Nacional.

Na nota que fez chegar à comunicação social, o CN da CGTP-IN refere a dado passo: "Em sede de Concertação Social,

em nome da discussão de "Medidas para a Competitividade e o Emprego" – que no fundamental já estão decididas pelo Governo e acertadas com os sectores patronais dominantes e a UGT – estão em marcha encenações que conduzem a uma significativa revisão para pior do Código do Trabalho para permitir aos patrões despedirem mais fácil e mais barato, reduzirem a retribuição salarial, enfraquecerem ainda mais a contratação colectiva, generalizarem a precariedade, flexibilizarem violentamente as relações de trabalho e afastarem os sindicatos dos locais de trabalho."

"Em vez de optarem por políticas que gerem crescimento económico, criem emprego, que combatam a precariedade e o desemprego e melhorem as condições de trabalho e de vida das pessoas, procuram aumentar a exploração de quem trabalha apresentada falsamente como a via para a saída da crise", destaca ainda aquela nota de imprensa.

Lembrando que "é necessária toda a mobilização do Estado e a responsabilização do sector privado pela reindustrialização do país, pela produção do que necessitamos e consumimos e podemos produzir ou fazer, para reduzir as importações, sem que isso signifique dar menos atenção às exportações", a Central realça ainda a necessidade de uma política fiscal que incida sobre a riqueza de cada um e um firme combate à evasão e à fraude. | JPO ●



Velocidades diferentes e com ilegalidades

ANTÓNIO FERNANDES DE MATOS (membro do CN da FENPROF)

Os ECDU e ECDESP, publicados em Setembro de 2009, previam um período de 6 meses para a discussão e aprovação dos Regulamentos de Avaliação de Desempenho pelo que as instituições foram lançando, de forma muito variável no tempo, esse processo. A FENPROF e os seus Sindicatos, a par das reuniões de docentes e investigadores que realizaram, têm vindo a apresentar os seus pareceres no âmbito da audição obrigatória das organizações sindicais e a discutir e a propor soluções em reuniões específicas com os órgãos de gestão das universidades e institutos politécnicos.

Em termos de balanço, das 30 instituições de ensino superior público, apenas 12 ainda não publicaram o seu Regulamento, sendo que em alguns casos não se conhece publicamente qualquer projecto. De referir ainda que as soluções encontradas, em especial nas universidades, são bastante diferentes entre si. Entre as soluções plasmadas nos Regulamentos destaca-se a sua densificação ou não por Faculdade/Instituto/Escola, a utilização de diferentes bases de dados sobre publicações científicas, a valorização ou não de diversas actividades, a inclusão ou não de revistas científicas não indexadas a bases de dados, a fixação ou não de "tectos" ou valores máximos para determinadas actividades, a utilização de sistemas complexos baseados na aplicação de critérios de decisão multivariável, etc. Este sistema quantitativo, burocratizado e a variabilidade de indicadores, rubricas e sua valorização, introduz mais um factor de instabilidade no sistema de ensino superior, de estímulo à competitividade

predatória e de enfraquecimento do trabalho em equipa e pluridisciplinar.

A implementação da avaliação requer uma atenção redobrada dos docentes de forma a impedir, por exemplo, que a avaliação seja efectuada em período único (2004 a 2010) o que é manifestamente ilegal. De facto, a legislação em vigor é clara ao desdobrar a avaliação em dois períodos. Isto é, há um primeiro período referente aos anos 2004 a 2007 permitindo assim que a avaliação produza efeitos em 1 de Janeiro de 2008 e um segundo período, referente aos anos de 2008 e 2009, findo o qual também poderá ocorrer uma alteração salarial decorrente da acumulação de pontos. O ano de 2010, pela conjugação dos pontos atribuídos nesse ano e os entretanto acumulados pode produzir efeitos em 1 de Janeiro de 2011 o que, não sendo ilegal, esbarra com a restrição orçamental. Saliente-se, contudo, que as subidas de escalão que se reportem a datas anteriores a 1 de Janeiro do corrente ano, não estão sujeitas a restrições orçamentais pelo que não necessitam de qualquer autorização da tutela e podem ser pagas como, aliás, já aconteceu no Instituto Superior Técnico.

Em todo o processo de avaliação, isto é, da elaboração do Regulamento à sua implementação, os docentes e as suas organizações de classe são actores principais não só na defesa dos seus interesses mais imediatos, leia-se profissionais, mas também da escola pública. A avaliação, enquanto processo dinâmico, exige a ampla participação dos docentes de modo a transformar-se num elemento dinamizador do sucesso e de justiça no ensino superior. ●

Financiamentos dos Centros de Investigação pela FCT

FENPROF questiona Mariano Gago

Perante informações, recebidas de vários Centros de Investigação financiados pela FCT, de que esta entidade lhes terá feito saber que as verbas ainda não transferidas, respeitantes ao financiamento plurianual de 2010, já não lhes seriam afinal entregues, e preocupada com os efeitos muito nefastos que esse facto, a ser verdadeiro, irá provocar na actividade de investigação e no trabalho dos docentes e dos investigadores, a FENPROF enviou recentemente ao Ministro Mariano Gago uma carta em que se pedem esclarecimentos urgentes sobre esta delicada matéria.

Referindo que "chegaram ao nosso conhecimento informações sobre cortes no financiamento plurianual de 2010, superiores a 30%, em muitos Centros de Investigação avaliados e financiados pela FCT, sem que tal seja justificado por qualquer incumprimento por parte destes", a FENPROF alerta na carta enviada ao ministro para as consequências desse corte, referindo: "Tal conduziria a que, para a generalidade das unidades de investigação, este ano se viesse a iniciar com um elevado montante de dívidas, pois as verbas orçamentadas para 2010 já terão sido gastas, levando à interrupção de actividades em curso."

Como é evidente, lê-se mais adiante, a verificar-se este corte, será prejudicado fortemente o desempenho dos docentes e investigadores e a actividade de investigação e inovação, "o que seria contraditório com o conteúdo dos discursos do Primeiro Ministro que tem destacado esta área como uma forte aposta política do Governo para o desenvolvimento do país e para a superação da crise". ●



Um caso de conflitualidade e de incompatibilidade

Como exercer o direito à objecção de consciência

JOSÉ MANUEL COSTA (Membro do SN da FENPROF)

Conforme se reafirmava no número anterior deste mesmo Jornal da FENPROF, o actual modelo de avaliação do desempenho docente carece urgentemente de ser revisto.

Este porque, apesar de nem ter ainda terminado o seu primeiro ciclo de aplicação, já mostrou à sociedade tratar-se de um modelo extremamente burocratizado e quase totalmente isento de propósitos formativos, completamente desadequado das finalidades a que supostamente se propõe e que não serve, portanto, os interesses de escolas, docentes ou alunos. A gravidade dos problemas que já vêm ocorrendo um pouco por todo o país mostra até que o processo está a ter um impacto profundamente negativo na tradição de trabalho cooperativo de educadores e professores.

Tomadas de posição críticas

Assim, e tendo também em conta a própria conflitualidade existente ao nível da legislação e das orientações produzidas pelo Ministério da Educação, não surpreende que sejam já muitos os agrupamentos, escolas, conselhos gerais ou pedagógicos e outros colectivos com tomadas de posição fortemente críticas face todo o processo ou mesmo a assumir a não concretização do mesmo.

Mas se neste combate, estas posições colectivas são importantes, também individualmente a oposição a esta avaliação pode e deve ser levada a cabo, podendo avaliados e avaliadores recorrer ao Código do Procedimento Administrativo (artigos 44.º e seguintes) com esse fim. Os avaliadores podem requerer a declaração de impedimento, para si mesmos ou para os seus avaliadores, declarando-se ou declarando-os interessados no processo, seja por concorrerem às mesmas quotas para efeito de atribuição de *Muito bom* ou *Excelente* (ainda não foi publicado o diploma que as deverá definir), se ambas



as partes solicitaram observação de aulas, ou por poder eventualmente haver também lugar a alterações de posicionamento relativo na graduação para concursos, por efeito da atribuição de uma daquelas menções.

Por outro lado, os avaliadores podem também pedir a escusa de intervir no processo de avaliação e os avaliados podem suscitar a suspeição relativamente aos avaliadores, designadamente com base em grave inimizade ou grande intimidade entre as partes envolvidas, sem prejuízo de poderem ser igualmente alegadas razões de ordem pedagógica, administrativa ou mesmo legal no âmbito dos próprios diplomas e orientações do ME. Neste último caso, pode referir-se, a título de exemplo, o facto de haver domínios de avaliação a que não corresponde nenhum descritor específico ou, pelo contrário, de haver descritores que correspondem a mais do que um domínio.

Todos e cada um de nós podemos, pois, fazer a nossa parte e lutar pelo fim deste modelo de avaliação verdadeiramente absurdo e tão prejudicial à Escola Pública! ●

Mas se neste combate, as posições colectivas são importantes, também individualmente a oposição a esta avaliação pode e deve ser levada a cabo, podendo avaliados e avaliadores recorrer ao Código do Procedimento Administrativo (artigos 44.º e seguintes) com esse fim

Mais problemas que soluções!

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

A FENPROF avisou em tempo útil, em Janeiro de 2010, que esta avaliação seria insuportável para as escolas: por ser burocrática, por provocar conflitualidade, por não ser formativa e por se aplicar em contextos muito negativos: numa escola sem gestão democrática e numa Administração Pública com quotas do SIADAP.

Depois, à medida que os normativos iam sendo propostos, a FENPROF acrescentou, de todas as vezes, que o ME estava a complicar ainda mais as coisas e que o resultado seria, inevitavelmente, o protesto das escolas. Aspectos houve que a FENPROF afirmou não terem aplicação. Mas o ME insistiu e recorreu à ilegalidade afirmando que o fazia por estar do lado da solução e não do problema.

Chegámos agora ao que era inevitável: nas escolas, aos poucos, o protesto ganha dimensão e são muitas, cada vez mais, as posições que reclamam a suspensão desta avaliação, coisa que já se esperava...

Repare-se que esta é a primeira vez em que a avaliação, na sua globalidade, se aplica. Em 2007/2008, depois da Marcha de 8 de Março, Lurdes Rodrigues foi obrigada, na sequência do memorando de entendimento, a suspender a avaliação para os professores dos quadros, tendo aos docentes contratados sido aplicados apenas quatro procedimentos simplificados permitindo, no final do ano, que pudessem renovar o seu contrato; em 2008/2009, depois da Manifestação de 8 de Novembro e das greves de 3 de Dezembro e 19 de Janeiro, Lurdes Rodrigues foi obrigada a recuar e teve de inventar o "simplex", modelo avaliativo mínimo que resolveu o problema da avaliação nesse ano; em 2009/2010 não teve lugar qualquer procedimento avaliativo; em 2010/2011 Isabel Alçada pretende levar até ao fim o regime completo de avaliação que tanta perturbação e contestação está a criar nas escolas por ser aquilo que é.

Dia 12 de Março, no Campo Pequeno,

vai começar o processo de desconstrução de um modelo que apenas servia para justificar a progressão na carreira docente. O governo já acabou com essa parte da história; compete-nos agora a nós dar cabo desta outra que para nada serve. |

Mário Nogueira ●



Açores ao rubro!

FERNANDO VICENTE (Membro do CN da FENPROF)

Os professores, as escolas e o Sindicato dos Professores exigem uma revisão do modelo de avaliação em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Com a revisão do Estatuto da Carreira Docente na Região Açores (ECDRA) em cima da mesa, nomeadamente para a revisão da Carreira docente, carreira essa que já está regulamentada no continente desde Setembro de 2009, o SPRA considerou oportuno colocar também na agenda política da negociação a revisão do modelo de avaliação na Região.

Os professores não querem um modelo que se baseie na desconfiança gratuita relativamente ao seu trabalho, uma avaliação geradora de conflitos entre pares e que se apresenta excessivamente burocrática, onde o conceito de avaliação formativa é totalmente minimizado. Neste modelo, o objectivo final é o preenchimento de grelhas/formulários onde os pressupostos quantificadores se sobrepõem aos aspectos qualitativos! Para além disso, a

subjectividade do avaliador, relativamente aos descritores das grelhas de avaliação, é uma realidade constantemente reconhecida, diversas vezes, quer pelos avaliados quer pelos próprios avaliadores.

Os professores dos Açores já experimentaram este modelo, num ciclo avaliativo, por isso já existe um conhecimento bastante profundo por parte das escolas, dos avaliadores e dos professores sobre a inoperacionalidade do mesmo. As Comissões de Avaliação elaboraram relatórios onde denunciaram as incongruências deste modelo, vindo ao encontro do que o SPRA, desde sempre, tem denunciado activamente. Por isso mesmo, está na hora de **rectificar e humanizar este modelo!**

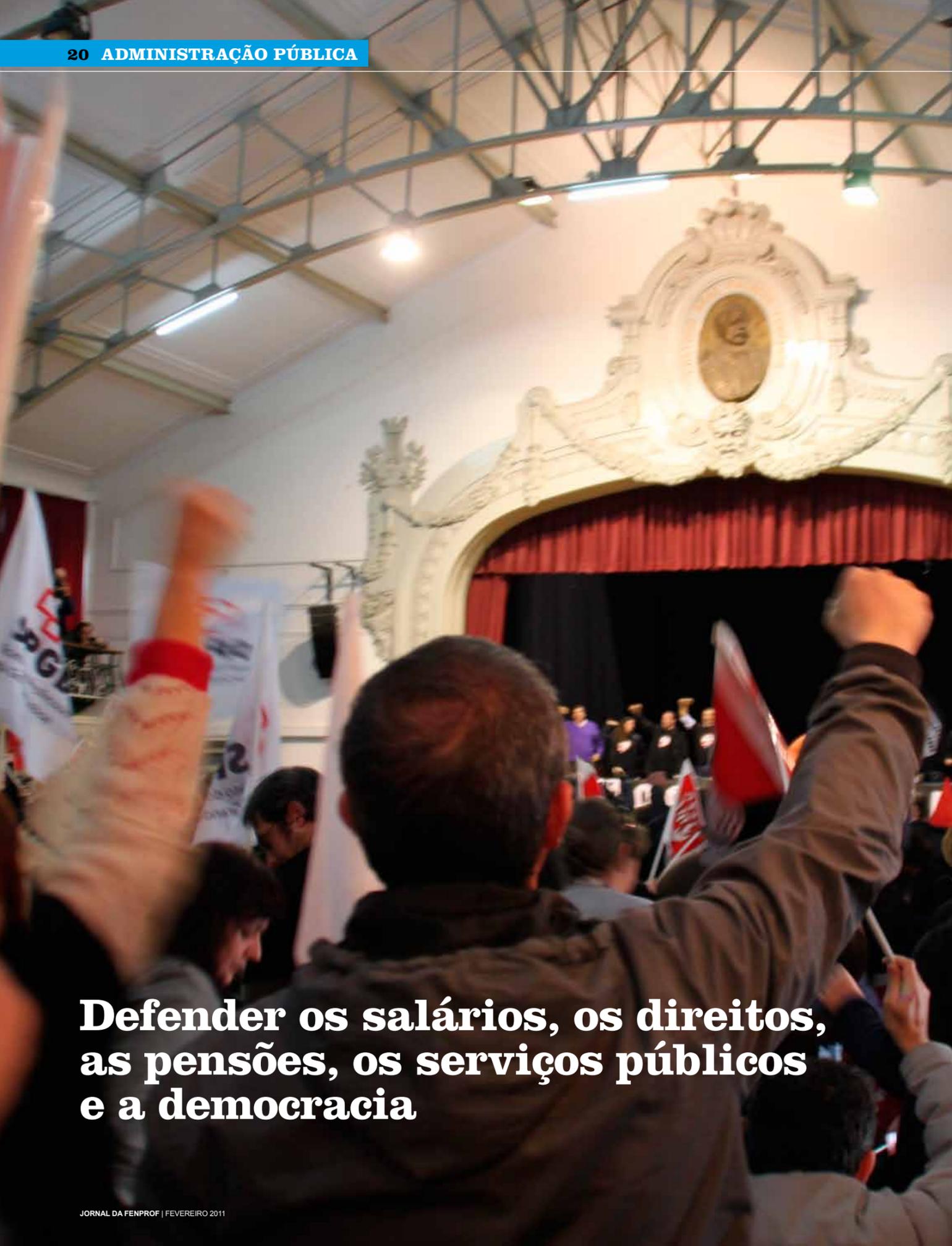
Queremos uma avaliação no final de cada escalão na qual a observação das aulas se verifique somente em situações que indiciem más práticas pedagógicas ou

para menções superiores a Bom. Queremos uma avaliação bienal dos professores contratados.

Queremos uma avaliação efectivamente formativa que permita troca de experiências entre avaliador e avaliado e que permita também dar continuidade aos projectos pedagógicos, cujo objectivo seja melhorar as aprendizagens e não uma mera demonstração de competências, esporádica e desarticulada da prática lectiva, que se realiza para a obtenção de uma classificação final.

A prática da avaliação deve ser um processo natural, integrado no trabalho dos docentes, não pode ser um evento no qual se concentrem todas as atenções, que monopoliza horas e desgasta energias.

Por todas estas razões, está na hora da nova titular da pasta da educação nos Açores **rever a avaliação!** As escolas precisam! Os docentes querem! O SPRA exige! ●



Defender os salários, os direitos, as pensões, os serviços públicos e a democracia

Reforçar a mobilização para defender os salários, os direitos, as pensões, os serviços públicos e a democracia – este é o grande desafio que saiu do encontro nacional de trabalhadores da administração pública realizado no passado dia 19 de Fevereiro (sábado), em Lisboa.

Inicialmente convocada para a Praça da Figueira, a iniciativa acabou por decorrer no salão da “Voz do Operário”, à Graça, devido às condições climáticas sentidas na capital, embora tenha terminado naquela conhecida praça lisboeta, após desfile. Os Sindicatos da FENPROF marcaram presença saliente na acção. Também presente na Mesa o Secretário-Geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva

Promovido pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, o encontro manifestou o seu total apoio à luta que tem vindo a ser desenvolvida contra o roubo de salários e pensões, pela manutenção da sua revisão anual, e em defesa dos direitos dos trabalhadores e da existência de serviços públicos de qualidade para as populações.

Durante o encontro, registaram-se intervenções de representantes das organizações sindicais que integram a Frente Comum. Falando em nome dos Sindicatos dos Professores membros da FENPROF, Mário Nogueira criticou as opções políticas do Governo em relação aos trabalhadores da administração pública, com destaque para os professores e educadores, e aos serviços sociais do Estado, a começar pela escola pública.

“É preciso parar esta pouca-vergonha!”, alertou o Secretário Geral da FENPROF, que afirmaria mais adiante: “Os agiotas que roubam o nosso país estão a chegar longe demais. Os portugueses ganham cada vez menos, consomem cada vez menos, sacrificam-se cada vez mais, mas essa gente sem rosto que rouba indecentemente e se enche imoralmente não pára na sua louca espiral de ganância”.

O dirigente sindical deixou outros alertas na “Voz do Operário”: “Portugal está a atingir uma situação que, muito em breve, se traduzirá em rupturas sociais graves”. Neste sentido, apontou o desemprego, que “atinge valores nunca antes vistos e só o secretário de Estado do Emprego poderia fazer uma apreciação tão positiva, como idiota da situação que se vive. Oficialmente são mais de 620 mil os desempregados, mas, realmente, sabe-se que ultrapassam

os 720 mil. O desemprego atinge níveis particularmente graves nos jovens e em grupos mais qualificados, tendo aumentado muito os desempregados de longa duração.”

“Sabe-se ainda que cerca de 60% dos desempregados oficialmente registados não têm acesso a protecção no desemprego, vivendo do nada. De igual forma, a precariedade atinge níveis elevadíssimos e muito preocupantes”, observou Mário Nogueira.

“Na Educação, como não podia deixar de ser, a situação não é diferente. O governo começou por poupar à custa dos profissionais do sector, roubando nos seus salários e na sua estabilidade, e a caminho já vem o desemprego”.

“As medidas que prepara para Setembro”, alertou, “são violentíssimas para o sector. As escolas verão a sua organização pedagógica e as condições em que funcionarão postas em causa; os apoios sociais fragilizar-se-ão ainda mais neste país de fragilizações crescentes; os professores e outros trabalhadores da Educação engrossarão a extensa lista de desempregados e, não tarda, irão bater à porta da caridade por instinto de sobrevivência”.

Apoio à jornada de 19 de Março

Referindo que “defender serviços públicos de qualidade – nomeadamente na Educação, na Saúde, na Segurança Social, ou na Justiça – é um factor fundamental para o desenvolvimento do país e da qualidade de vida dos cidadãos”, a resolução aprovada salienta que “a venda da falsa imagem positiva da externalização dos serviços, por parte dos governos do PS (com o apoio do PSD e CDS/PP) tem como objectivo de destruir o sector público e o papel do Estado na satisfação das necessidades primárias dos portugueses, em favor dos grandes grupos económico-financeiros”.

O encontro nacional da Administração Pública realçou “a firmeza, a unidade e a consciência de classe que têm sido demonstradas pelos trabalhadores da A.P. – e, também, pela generalidade dos trabalhadores portugueses – que devem ser mantidas e reforçadas”.

Na continuação da luta, os participantes nesta iniciativa decidiram, e estamos citar a resolução aprovada:

1. Manifestar o seu total apoio à jornada nacional de luta que a CGTP-IN vai desenvolver no dia 19 de Março, empenhando-se no esclarecimento, mobilização e numa massiva participação dos trabalhadores da Administração Pública, em defesa dos direitos, salários e pensões de todos os trabalhadores e na rejeição das políticas de direita.

2. Fazer um veemente apelo aos trabalhadores da A.P. para transformarem em expressivas e combativas manifestações de massas, em defesa dos objectivos que antes definimos:

- A Manifestação Nacional da Juventude, no dia 1 de Abril;
- A Marcha pela Educação, dia 2 de Abril.

3. Por aquilo que representam, tanto para os trabalhadores como para o povo português em geral, os trabalhadores presentes neste Encontro também se comprometem a desenvolver todos os esforços para que o 25 de Abril e o 1.º de Maio possam dar um contributo decisivo na derrota desta política de direita desastrosa para o nosso país.

4. Promover e/ou participar em acções gerais e sectoriais que visem defender os serviços públicos, designadamente na Saúde, Educação, Justiça, Segurança Social, Ambiente e Água.

5. Continuar a desenvolver a luta, incluindo a jurídica, contra o roubo de salários e em defesa da legalidade e da justiça.

6. Manter uma intervenção permanente, uma vigilância activa e um acompanhamento contínuo da evolução da situação, tendo em vista a adopção das formas de luta mais adequadas à defesa dos nossos objectivos.

No final do encontro na “Voz do Operário”, os participantes dirigiram-se em desfile até à Praça da Figueira, onde os aguardavam centenas de resistentes à chuva e ao vento, que tiveram direito a uma vibrante saudação dos sindicalistas que estiveram na “Voz do Operário”. | JPO ●



Voz do Operário



Praça da Figueira

Negociação do CCT do Ensino Particular e Cooperativo

Dando continuidade ao processo negocial de revisão do actual contrato colectivo de trabalho do Ensino Particular e Cooperativo, a FENPROF reuniu com a A.E.E.P. no passado dia 15 de Fevereiro.

GRAÇA SOUSA (membro do CN da FENPROF)



CCT para as escolas profissionais ANESPO apresenta proposta inaceitável

ANABELA SOTAIA (membro do SN da FENPROF)

Após vários meses de interregno teve lugar dia 27 de Janeiro o reinício das negociações com a ANESPO com vista à celebração de um CCT para os docentes e formadores das escolas profissionais.

A ANESPO apresentou uma nova proposta de clausulado geral que inclui vários artigos extremamente penalizadores para os trabalhadores docentes e não docentes, com uma filosofia completamente diferente da subjacente do clausulado anteriormente consensualizado entre as partes. Esta nova proposta inclui alguns dos mais graves conteúdos do Código de Trabalho, tais como a constituição do banco de horas, a elaboração de horários concentrados, a adaptabilidade do horário, podendo ir até

às 50 horas semanais, ou até às 35 horas lectivas semanais, no caso dos docentes.

Não obstante a especificidade deste subsistema de ensino e do trabalho desenvolvido pelos seus docentes e formadores, a FENPROF não pode concordar com várias das matérias apresentadas por agravarem, ainda mais, a instabilidade e precariedade que atinge, desde há muitos anos, estes profissionais. Na próxima reunião de negociação a FENPROF irá apresentar contrapropostas que defendam os legítimos direitos sócio laborais dos docentes e formadores das escolas profissionais e exigirá conhecer as propostas da ANESPO relativas a estrutura de carreira e tabelas salariais. ●



Apesar de a AEEP ter alterado a sua proposta, nomeadamente reduzindo para 34 anos de tempo de serviço a duração da carreira docente, para atingir o topo, (a sua primeira proposta era de 36 anos) continua a propor dois constrangimentos, um primeiro no acesso aos níveis 3 e 2 da carreira (23 anos de tempo de serviço), com um limite de 30% calculado sobre a totalidade dos docentes, e um segundo no acesso ao nível 1, com um limite de 15% do universo dos 30% do anterior constrangimento.

No que respeita às alterações propostas pela AEEP, na avaliação de desempenho dos docentes, estas estão mais perto das posições da FENPROF, pois contribuem para uma maior clarificação, rigor e credibilidade de todo o processo avaliativo, podendo nesta matéria chegar-se a um entendimento.

Apesar de a FENPROF reconhecer o momento difícil que se vive em Portugal, não pode deixar de salvaguardar direitos e interesses dos docentes do EPC que tão penalizados têm sido por entidades patronais menos escrupulosas.

É neste sentido e neste contexto que é inaceitável para a FENPROF a existência de dois constrangimentos na carreira, o que na prática impede que cerca de 70% dos docentes cheguem ao topo da carreira.

Por outro lado, para a FENPROF a possibilidade da reestruturação da carreira docente terá de ocorrer num período transitório entre 2011 e 2013, até perfazer 34 anos de duração, que atenuem eventuais efeitos do agravamento da carreira para os docentes, nomeadamente valorizando os níveis de ingresso e a salvaguarda na transição dos docentes que estão actualmente em níveis intermédios e ficariam estagnados, em alguns casos, oito anos.

A FENPROF que tem vindo a auscultar os docentes em várias reuniões já realizadas, manterá a sua posição pela defesa dos direitos e interesses dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo. ●

FENPROF no protesto de EVT



Centenas de professores de EVT, oriundos de diferentes regiões do país, estiveram recentemente em São Bento, onde também se deslocou a Ministra da Educação, Isabel Alçada, para uma audição na Comissão parlamentar de Educação e Ciência. Os professores de EVT decidiram deslocar-se ao Parlamento para protestarem contra a eliminação do par pedagógico na disciplina e a FENPROF, apoiando o protesto, não só organizou transportes para que se deslocassem, como esteve presente na acção.

Como sublinha uma nota de imprensa da FENPROF, "esta medida anti-pedagógica e irresponsável que o Ministério das Finanças impôs contra tudo e todos, incluindo a posição consensual do Conselho Nacional de Educação, e o Ministério da Educação operacionalizou, integra-se nas chamadas "alterações curriculares" aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 18/2011, de 2 de Fevereiro".

"Tais alterações destinam-se exclusivamente a eliminar horários de trabalho (e os correspondentes postos de trabalho), calculando-se que, só com esta medida, possa atingir os 12.000, dos quais 7.000 serão horários de EVT", acrescenta a nota sindical.

Sem negociar, o Governo tomou estas e outras medidas que põem em causa a qualidade da educação e do ensino e criam fortes e gravíssimos constrangimentos à organização pedagógica e ao funcionamento das escolas. Todavia, esse parece ser problema menor face ao que o Governo pretende com atingir: uma brutal redução do número de docentes no sistema, acima de 30.000, estando em preparação o maior despedimento colectivo de sempre em Portugal. A FENPROF está neste protesto e, com outras organizações sindicais e outros parceiros educativos, prepara-se para desencadear uma forte acção que visará estancar a reprovável e irresponsável política educativa em curso no país.

Um escândalo e uma vergonha

Junto ao Parlamento, muitos professores de EVT envergavam roupa preta e lenços amarelos ao pescoço, empunhando cartazes em defesa da manutenção do par pedagógico (dois professores por sala).

"Um por todos, todos por dois", foi uma das palavras de ordem gritadas ao fundo das escadarias da Assembleia da República. Os professores improvisaram uma banca com materiais usados nas aulas práticas e um espaço para intervenções ouvidas ao longo da tarde.

Entre os manifestantes ouviam-se desabaços como: "é um escândalo" e "uma vergonha", referindo-se à redução de professores nesta disciplina. ●

Madeira mitiga redução de horários

NÉLIO DE SOUSA

(membro da Direcção do SPM)

A redução de um docente na Área de Projecto, a eliminação desta área curricular no 12º ano, o horário nocturno a partir das 22h00 ou o cumprimento rigoroso da fórmula de cálculo do crédito global de horas das escolas (limite de 15% actualmente definido) implicará redução de horários. A redução de docentes ou consequência na qualidade da Educação merece a clara discordância do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), embora seja evidente que essa redução de horários, no espaço insular, não será tão drástica comparativamente ao Continente.

A Região Autónoma da Madeira opta por esbater parte significativa das consequências das alterações curriculares e restantes medidas de austeridade legisladas ao nível nacional, para a Educação, na adaptação que fará a este arquipélago, ao seguir o princípio da "manutenção do número de docentes". Incluindo a renovação dos contratos de acordo com a "necessidade das escolas". Isto conforme assumido pela tutela, em reunião com o SPM, e publicamente, em 15 de Fevereiro último, pelo "benefício para o sistema educativo". Isto é, para ter uma "melhor escola, melhores resultados e professores mais motivados", argumentou o secretário Regional do sector. Marília Azevedo fez questão de sublinhar que o sindicato que lidera "vai esperar que estejam escritas e publicadas" essas opções e intenções expressas pela Secretaria Regional de Educação e Cultura.

O SPM fez saber à tutela que pretende ser ouvido e participar no referido processo de adaptação regional, já que as questões curriculares e pedagógicas têm impacto sobre o trabalho e os horários dos professores. Em breve será reatada a negociação da nova proposta de Estatuto da Carreira Docente regional e, depois, do regime de avaliação do desempenho. O sindicato voltou a denunciar a situação dos professores em condições de aceder ao 6º escalão, os únicos que continuam com a progressão "congelada", em território madeirense, há seis anos. ●





Situações ilegais criadas pelo M.E. apresentadas na Provedoria de Justiça

A Plataforma de Sindicatos de Professores reuniu no passado dia 9 de Fevereiro, na Provedoria de Justiça, em Lisboa.

Em cima da mesa estiveram procedimentos e medidas que o Ministério da Educação tem vindo a impor e que, na opinião dos Sindicatos de Professores, violam quadros legais vigentes. Foram apresentados pelos Sindicatos numerosas situações graves, a começar pela ausência de negociação em matérias que a lei a tal obriga, sendo exemplo recente o projecto de despacho sobre a organização do trabalho nos agrupamentos e escolas não agrupadas para 2011/2012.

No encontro realizado na Provedoria foram denunciadas as “ultrapassagens” de professores na carreira (docentes com mais antiguidade vencem por índice inferior) e a situação de docentes impedidos de progredir até 31 de Dezembro de 2010 por razões alheias à sua vontade (ME não estabeleceu contingência), para além da transição de docentes integrados no 1º escalão da carreira no índice 151 para o 167.

Questões fundamentais relacionadas com as políticas e as orientações do ME em matéria de aplicação do regime de avaliação foram levadas pelas organizações sindicais a esta importante reunião, assim como, por exemplo, o processamento de horas extraordinárias. Recorde-se, a propósito, que, acordo com o Aditamento ao Ofício-Circular nº 3/GGF/2011, de 07/01/2011, reforçado pela Circular nº B11056754 G, de 19/01/2011, da DGRHE “o valor da hora extraordinária de serviço docente passa a ter por base as 35 horas semanais...”. Assim sendo, as horas lectivas extraordinárias deixam de ter por referência as 22 ou 25 horas lectivas, passando a ter em conta todo o horário. Ou seja, o trabalho não lectivo do docente, designadamente o de carácter individual que resulta deste serviço lectivo

extraordinário, será desenvolvido para além das 35 horas de trabalho, não sendo considerado como serviço extraordinário. Portanto, é violado, neste caso, o limite de horas de trabalho normal sem que disso o trabalhador seja compensado.

O índice salarial dos docentes contratados profissionalizados (integração no índice 167) e o período experimental a aplicar a docentes em regime de contratação a termo, foram também matérias em destaque nesta deslocação à Provedoria. Outros assuntos em foco no dossier das organizações sindicais: o direito a receber compensação por caducidade de contrato, a não dedução das horas de formação contínua na componente não lectiva de estabelecimento, os suplementos remuneratórios a docentes com funções em órgãos de gestão e o pagamento de retroactivos referentes a período anterior a 1 de Janeiro de 2011.

Refira-se, a propósito, que de acordo com o Aditamento ao Ofício-Circular nº 3/GGF/2011, de 07/01/2011, o processamento de despesas de anos anteriores fica sujeito à aplicação da taxa de redução remuneratória criada pelo OE para 2011. Fica, assim, criada uma situação que viola o princípio constitucional da igualdade, na medida em que, docentes que viram atrasado o pagamento de, por exemplo, mudanças de escalão, não só não recebem os juros que lhes deveriam ser pagos, como vêm o seu abono reduzido em relação aos que, nas mesmas circunstâncias, o receberam até Dezembro de 2010. Salvo melhor opinião, é ainda posto em causa o princípio da não retroactividade das leis (redução remuneratória aplicada a abonos referentes a período anterior a 2011). | JPO •

Greve às horas extraordinárias

Manter-se o desrespeito pelo trabalho extra dos professores – recorde-se que o Governo decidiu baixar o valor da hora lectiva extraordinária, impondo o seu cálculo na base as 35 horas - FENPROF, SPLIU, SEPLEU, SINDEP/FENEI, ASPL, PRÓ-ORDEM, SINAPE, SIPPEB e SIPE convocam os professores e educadores para uma greve a todo o serviço docente extraordinário, no período compreendido entre as zero horas de 1 de Março e as vinte e quatro horas de 30 de Junho de 2011, apresentando, nesse sentido, Pré-Aviso junto das entidades competentes, já na próxima segunda-feira, dia 21 de Fevereiro.

Em recente nota de imprensa, aquelas organizações ski tetizam assim os motivos desta greve:

• O artigo 83.º do ECD, no seu ponto 6, estabelece que o cálculo do valor da hora extraordinária tem por base a duração da

componente lectiva do docente, nos termos do artigo 77.º do mesmo Estatuto;

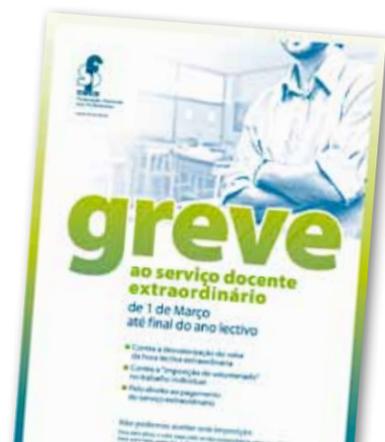
• Esse artigo 77.º estabelece que essa componente lectiva é de 22 ou 25 horas, de acordo com o sector de ensino ou educação a que o docente pertence;

• O ME, através do Aditamento ao ofício-circular nº 3/GGF/2011, de 07/01/2011, do Gabinete de Gestão Financeira, e da Circular nº B11056754G, de 19/01/2011, da DGRHE, veio impor que o valor da hora extraordinária de serviço docente passasse a ter por base as 35 horas, o que é manifestamente ilegal;

• Acresce o facto de a remuneração devida pelo serviço extraordinário desenvolvido ser relevante para efeitos de acréscimo da designada taxa de redução remuneratória, reduzindo ainda mais o seu valor, bem como o valor líquido do próprio vencimento base.

Os professores e educadores poderão

aderir sempre que assim o entenderem no período coberto pelo Pré-Aviso entretanto divulgado. Aparalisação será levantada apenas quando o Ministério da Educação respeitar o disposto na lei. Este problema, recorde-se, já foi colocado junto da Ministra da Educação, na Provedoria de Justiça e também na Assembleia da República. •



Direcções das Escolas Públicas serão exigentes!

LUÍS LOBO (membro do SN da FENPROF)

É conhecida a avaliação, realizada por um grupo de investigadores da Universidade de Coimbra, sobre a rede de estabelecimentos de ensino em Portugal. Trata-se de um estudo apoiado nos movimentos demográficos e nas estruturas construídas, tenham elas origem em promotores públicos (autarquias e Ministério da Educação) ou em promotores privados com fins lucrativos.

Este estudo, que faz um retrato fiável da realidade, confirma denúncias que a FENPROF e os seus sindicatos têm feito sobre os financiamentos atribuídos através dos contratos de associação acordados entre algumas dezenas de instituições do ensino particular e cooperativo e o governo, na década de 80 e de 90. Tratam-se de dezenas de milhões de euros, somados ano após ano, para financiar as contas bancárias de alguns proprietários de colégios menos escrupulosos e que poderiam ser usados para valorizar ainda mais a escola pública, já que, de há cerca de 15 anos para cá, a maior parte das situações de contrato de associação são injustificadas (nem se situam a mais de 4 quilómetros das escolas públicas, nem as escolas públicas apresentam problemas de “sobrelotação” para receber os alunos que são subsidiados).

O Governo, recentemente, aprovou legislação que tem sido apresentada como tendente a resolver a situação. Esta legislação, no entanto, padece da ausência de referências a aspectos fun-

damentais para devolver seriedade e estabilidade ao tratamento do problema. Assim, não estão definidos critérios claros que determinem em que condições os colégios podem ser subsidiados, nem está definido de que forma será reposta a legalidade relativamente aos subsídios que continuam a ser atribuídos.

Estabelece o referido estudo que, em algumas zonas do país, há mais lugares em escolas públicas para receber alunos do que os que estão a ser actualmente subsidiados em instituições privadas. Porém, conhecidos os resultados, a solução anunciada continuará a penalizar o ensino público, sugerindo-se que a redução de turmas subsidiadas seja apenas de 5% da totalidade das abrangidas no presente ano lectivo (correspondente ao acordo de cedência do ME em reunião com a Associação empresarial do sector privado da Educação).

Esta negociação de rede que as escolas públicas vão iniciar, com o ME e com a representação das escolas privadas é, pois, muito exigente, sendo, por isso, muito importante uma atitude de exigência e defesa do direito ao alargamento da oferta no público e da sua redução no privado, de forma gradual e sustentada, mas mais ambiciosa do que está a ser apresentada.

É, nesta conjuntura, fundamental que os directores das escolas e agrupamentos assumam este combate como fundamental para a defesa da escola pública e dos interesses gerais da população portuguesa. •

INICIATIVA

Junto de organizações internacionais

FENPROF denuncia medidas do Governo

Prosseguindo a acção de denúncia e pedido de intervenção, também a nível internacional, de medidas que estão a ser tomadas pelo Governo português contra os professores, a Escola Pública e a Educação em geral, a FENPROF enviou recentemente uma exposição da situação ao Secretário-Geral da OIT, Secretário-Geral da UNESCO e Secretário-Geral da Internacional de Educação. Da mesma forma, a queixa contra o Governo português foi enviada à Comissão Europeia, no caso aos comissários de Educação (Androulla Vassiliou) e à Vice-Presidente Viviane Reding, responsável pela Justiça, direitos fundamentais e cidadania.

Tais denúncias centram-se na ausência de negociação de matérias que, para além de obrigatórias, são importantíssimas para os professores e as suas condições de vida e exercício profissional, mas também para o bom funcionamento das escolas e para garantir uma boa qualidade do ensino.

Tais matérias são, entre outras, a redução da retribuição do trabalho, o congelamento das carreiras e violação do acordo assinado em Janeiro de 2010, a desregulação do horário de trabalho dos professores, as alterações das normas de organização do trabalho nas escolas e as alterações curriculares impostas com o único intuito de eliminar horários de trabalho e provocar desemprego. Na sua queixa, a FENPROF alegou o conteúdo de Recomendações internacionais – 1066, sobre o Estatuto dos Professores (OIT/UNESCO) e 1977, sobre o Estatuto do Pessoal do Ensino Superior (UNESCO) – que estão a ser desrespeitadas.

“Em breve serão desenvolvidas outras iniciativas, designadamente junto de instâncias europeias com competência jurídica”, sublinhava uma nota de imprensa divulgada pela Direcção da FENPROF no passado dia 27 de Janeiro. •



Para debater educação com quem decide politicamente

FENPROF solicita reunião ao ministro das Finanças

A FENPROF pediu uma reunião ao Ministro das Finanças com carácter de urgência. No ofício enviado, a FENPROF refere que o objectivo da reunião seria sensibilizar o Ministro para o impacto imediato das políticas em curso (nos professores, nas escolas e no sistema) e para as gravíssimas consequências, a médio e longo prazo, na sociedade portuguesa. A FENPROF esclarece que foi obrigada a solicitar esta reunião por se tornarem cada vez mais evidentes as faltas de competência e capacidade políticas do Ministério da Educação para dar resposta às preocu-

pações que lhe têm sido apresentadas.

De facto, em reuniões sucessivas, realizadas com responsáveis do Ministério da Educação, estes têm revelado uma incapacidade crescente para justificarem medidas que estão a ser impostas.

Os impactos muito negativos dessas medidas, refere o texto enviado à imprensa, “far-se-ão sentir ao nível da organização pedagógica das escolas e seu funcionamento e na concretização de objectivos definidos, quer no âmbito da reorganização do sistema (alargamento da escolaridade obrigatória), quer no quadro de compromissos assumidos com vista a reduzir níveis elevados de insucesso e abandono escolares. Também no plano social, estas medidas impedirão que os alunos e as suas famílias sejam devidamente apoiados e traduzir-se-ão num brutal aumento do desemprego de professores.”

Em reuniões diversas, implicitamente, os responsáveis do Ministério da Educação têm deixado perceber que a responsabilidade por tais medidas são das Finanças. Por exemplo, a não realização de um concurso extraordinário de professores em 2011; a violação do acordo de carreiras que previa, em 2011, desenvolvimentos relevantes; as profundas distorções e perversões nas carreiras docentes que resultam do seu “congelamento”, ou, de uma forma mais geral, as inúmeras medidas que constam da Resolução n.º 101-A/2010, de 27 de Dezembro, designadamente as alterações curriculares,

a criação de novos mega-agrupamentos, as normas para organização do próximo ano escolar, a redução dos orçamentos das escolas, entre outras.

Não desresponsabilizando o Ministério da Educação e a sua titular pelos resultados desastrosos destas políticas, a FENPROF chama a atenção para o facto de a actual equipa ministerial se revelar “destituída de personalidade política”, ao limitar-se a cumprir ordens. Refere a nota do Secretariado Nacional que se sabe ser “o Ministério das Finanças quem impõe hoje as políticas e as medidas a aplicar nos diversos sectores da vida nacional, incluindo a Educação. Recordar-se que foi uma comissão dirigida pelo Ministério das Finanças quem definiu as medidas a considerar no âmbito do Orçamento de Estado para a Educação, não tendo, sequer, enviado à Ministra da Educação – como estava legalmente obrigado a fazer até 31 de Agosto de 2010 – o relatório sobre a actividade que desenvolveu e as propostas que elaborou.” ●

“É o Ministério das Finanças quem impõe hoje as políticas e as medidas a aplicar nos diversos sectores da vida nacional, incluindo a Educação”



Formação Contínua é um direito, não um negócio

MANUEL RODRIGUES (membro do SN da FENPROF)

Respondendo à exigência da FENPROF, a 3 de Novembro de 2010, pelo Ofício Circular n.º B10015647X, o ME viria, finalmente, a enviar às escolas/agrupamentos orientações e esclarecimentos sobre formação contínua. Assim, de acordo com aquela circular, “o pessoal docente que nos anos lectivos de 2009/2010 e 2010/2011 não tenha tido acesso a oferta formativa pública, nomeadamente através dos Centros de Formação de Associações de Escolas, e que, por esse motivo, não tenham cumprido o requisito estabelecido no Estatuto da Carreira Docente de uma média de 25 horas/ano lectivo de frequência com aproveitamento de módulos de formação contínua, não é prejudicado para efeitos de avaliação de desempenho ou de progressão na carreira.” Ou seja, se o docente não teve acesso a oferta formativa pública, no respectivo Centro de Formação de Associação de Escolas, apesar de se ter inscrito em acções de formação, só terá que requerer a esse Centro “uma declaração que demonstre esse facto”. Entretanto, a luta da FENPROF pelo direito (e o dever) de todos os docentes a uma formação contínua de qualidade, financiada e adequada continua. ●



GESTÃO DAS ESCOLAS IE promoveu seminário sobre gestão das escolas

MANUELA MENDONÇA
(membro da SN da FENPROF)

Promovido pela Internacional de Educação (IE), realizou-se em finais de Outubro, em Paris, um Seminário sobre gestão das escolas. Esta iniciativa juntou cerca de 70 directores e/ou dirigentes sindicais (de professores e outros trabalhadores da educação e, nalguns casos, de directores), a maioria provenientes de países Europeus. A data da reunião coincidiu com os protestos dos trabalhadores da administração pública e dos estudantes em França contra a decisão unilateral do governo em aumentar a idade da reforma e daí as manifestações e greves que nesses dias tiveram lugar.

As conclusões saídas deste seminário reforçam as posições da IE sobre a gestão das escolas, que, no essencial, estão próximas dos princípios que a FENPROF defende. A ênfase é posta numa liderança democrática, colaborativa e participativa, envolvendo trabalho em equipa e sobrepondo preocupações pedagógicas a exigências administrativas e financeiras.

Foram apresentados diferentes relatos sobre modelos e práticas de gestão em vários países, tendo gerado maior controvérsia a intervenção de uma directora de uma escola sueca, que explicou (e defendeu) o sistema que existe nesse país de pagamento individualizado aos professores em função da avaliação que os directores fazem do seu desempenho. O sistema foi contestado pela generalidade dos presentes, incluindo directores de outros países nórdicos, que alertaram para os efeitos perversos daí decorrentes. Neste seminário foram também discutidos os desafios que se colocam hoje aos dirigentes das escolas em muitos países, incluindo políticas de livre escolha, competição, testes estandarizados e publicação de rankings. A este respeito, foi relatada a campanha desenvolvida na Austrália contra a publicação de rankings de escolas, que se deu a conhecer no último JF, através do testemunho do director de uma escola australiana. Estiveram presentes em muitas intervenções preocupações relativas ao impacto negativo da crise financeira e económica no financiamento e nos orçamentos para a educação, assim como o facto de a crise estar a ser usada em vários países como justificação para pôr em causa direitos sindicais. Num contexto em que as políticas são cada vez mais decididas a nível supranacional, foi sublinhada a necessidade de reforço da acção comum, à escala europeia e mais global, na exigência de políticas económicas e sociais justas, orientadas para o progresso e para o desenvolvimento. ●



EGIPTO

Sindicatos de Professores preparam o pós Mubarak

Hosni Mubarak decidiu demitir-se no cargo de Presidente do Egipto. Em anúncio feito através da televisão estatal, o Vice-Presidente, Omar Suleiman, disse que Mubarak estava a entregar o poder aos militares. A notícia chegou quando milhares de pessoas estavam reunidas no Cairo e noutras cidades egípcias para um 18º dia de protestos, exigindo a demissão de Mubarak. Os manifestantes responderam com aplausos e abraços de alegria, agitando bandeiras e fazendo soar buzinas de automóveis. “O povo derrubou o regime”, gritavam esufiantes. Suleiman disse que Mubarak tinha entregado o poder ao alto comando das forças armadas.

A medida que a situação política se desenrola no Egipto, a Internacional da Educação manifesta o seu apoio ao movimento sindical independente, relativamente às suas reivindicações por democracia, justiça social e direitos sindicais. A IE tem estado em contacto diário com os representantes dos sindicatos independentes, sob a égide da Federação Egípcia de Sindicatos Independentes. Esta federação foi formada em 30 de Janeiro de 2011 pelo Sindicato Independente dos Professores, pelo Sindicato dos Trabalhadores Aposentados, pelo Sindicato dos Profissionais de Saúde e pelo Sindicato dos Cobradores de Impostos.

Durante as acções pró-democracia que levaram ao afastamento do presidente Mubarak, instituições públicas egípcias, de sectores como a educação e os serviços postais, estavam à beira de um impasse nos protestos contra o regime. Na terça-feira, 8 de Fevereiro, dia da solidariedade mundial com o Egipto, a IE juntou-se à delegação da Comissão Sindical Internacional que se dirigiu à embaixada egípcia em Bruxelas.

Ao secretário-geral da CSI, Sharan Burrow, juntaram-se o secretário-geral adjunto da IE, Jan Eastman, e representantes das três centrais sindicais belgas. A IE continuará a apoiar o movimento sindical independente no seu esforço para serem agentes activos e eficazes na transformação do Egipto, e pretende levar uma delegação ao Cairo na próxima semana, com o intuito de identificar de que forma as suas organizações membro podem desenvolver acções de apoio e solidariedade junto dos professores egípcios por todo o país. ●

IE, 11 de Fevereiro de 2011

Traduzido de nota informativa em inglês da IE de 11.Fev.2011, retirado de <http://www.ie-ie.org/en/news/show.php?id=1515&theme=rights&country=egypt>. Delegação IE/CSI em frente da embaixada egípcia em Bruxelas, na Bélgica

A precariedade, o desemprego e a "rigidez" da legislação laboral A mentira é a de sempre...

Interpretando dados recentes divulgados pelo INE, a propósito dos níveis insustentáveis a que chegou o desemprego em Portugal, a CGTP-IN alertava: "Em termos oficiais, o ano de 2010 terminou com cerca de 620 mil desempregados e uma taxa de desemprego acima dos 11%".

Entretanto, "é preciso ter presente que, na realidade, o número de desempregados esteja perto dos 770 mil, com uma taxa de desemprego de 13,6% se considerarmos os inactivos disponíveis e o subemprego visível." Depois de salientar que "estes elementos consubstanciam os efeitos das medidas implementadas pelo Governo na sequência da aplicação dos PEC" e que "o emprego teve uma quebra de 1,5%, sendo especialmente afectados as mulheres e os jovens", a Intersindical registava que a informação divulgada pelo INE (16/02/2011) "demonstra o falhanço das previsões do Governo quanto à evolução do mercado de trabalho e a leviandade e incompetência da Ministra do Trabalho e do Secretário do Estado do Emprego quando repetiram até à exaustão que o desemprego estava a estabilizar."

Por outro lado, - e alerta também a Central - acentua-se a deterioração da situação social de milhares de trabalhadores e suas famílias que vão ficando sem protecção no de-

semprego e sem outras prestações sociais. Ao mesmo tempo que o desemprego aumenta, nomeadamente o desemprego de longa duração (+21%) que atinge agora 55% dos desempregados, diminui o número de beneficiários de prestações de desemprego (quase 50 mil comparando trimestres homólogos), fazendo com que no final de 2010 apenas 40% do número real de desempregados tenha acesso à protecção no desemprego.

Como sublinha a CGTP-IN, face a este panorama, o Governo deveria tomar medidas para inverter estas tendências. Ao invés, prepara, em conclusão com o patronato, com a cobertura da UGT e com a subserviência do costume no hemiciclo de S. Bento, um pacote laboral de medidas desastroso para o país e para os trabalhadores que visa facilitar os despedimentos e aumentar a precariedade do emprego, aumentando ainda mais a exploração. O que se perspectiva para a Educação a partir de Setembro próximo é bem demonstrativo dessa orientação governamental...

A mentira é a mesma de sempre: "a legislação do trabalho é rígida", não permite flexibilidade no despedimento e por isso o país não se moderniza nem cresce, preconizando-se a redução das indemnizações e medidas de facilitação dos despedimentos. No entanto, observa a Central, se se olhar, quer para os dados estatísticos da evolução do mercado de trabalho, quer para a experiência passada das reestruturações mostram que nem o mercado de trabalho português é pouco flexível, nem as empresas têm feito reestruturações criadoras de emprego, tendo Portugal sido um dos países que mais destruiu emprego durante a crise económica.

Como têm alertado as organizações representativas dos trabalhadores, o país tem um nível de precariedade elevadíssimo.

Oficialmente mais de 860 mil trabalhadores têm contratos não permanentes (23% dos trabalhadores por conta de outrem), mas na realidade parte significativa dos cerca de 800 mil trabalhadores por conta própria isolados são de facto assalariados com falsos recibos verdes. No global, os vínculos precários atingem mais de 35% dos trabalhadores.

Recorda a Inter que "ao longo de 2010 o fim dos contratos a termo, cujas indemnizações o governo quer reduzir a par das devidas por despedimento colectivo, extinção do posto de trabalho e inadaptação, conduziu ao desemprego mais de 253 mil trabalhadores, correspondendo a 39% das novas inscrições nos centros de emprego.

Outros dados a reter: os despedimentos deram origem a 106 mil novos desempregados, com um peso de 17% no desemprego. Só estes dois motivos explicam 56% do novo desemprego".

... e a (nossa) resposta também!

Na resposta sindical a esta grave situação, os trabalhadores exigem a urgente mudança de políticas, que promovam o crescimento económico, incentivem a produção nacional, reduzam a dependência externa, assegurem o aumento do emprego, combatam o desemprego e garantam o reforço da protecção social. Por tudo isto estaremos no Campo Pequeno em 12 de Março, com todos os professores e educadores; estaremos na manifestação nacional promovida pela Inter em 19 de Março, com todos os outros trabalhadores; estaremos também na Marcha pela Educação em 2 de Abril, com toda a comunidade educativa e com todos os cidadãos que se preocupam com os destinos da escola pública. Estaremos nestas e nas acções de protesto, resistência e luta que forem necessárias. Com firmeza e sempre com confiança no futuro! | JPO

“A mentira é a mesma de sempre: “a legislação do trabalho é rígida”, não permite flexibilidade no despedimento e por isso o país não se moderniza nem cresce, preconizando-se a redução das indemnizações e medidas de facilitação dos despedimentos.

“O que mudar na Escola Pública”

O SPGL realizou, em 11 e 12 de Fevereiro, uma iniciativa com o tema “O que mudar na Escola Pública?” que contou com um valioso painel de conferencistas e com deputados dos partidos políticos com assento na Assembleia da República (AR).

Na sessão de abertura falou Jurjo Torres, da Universidade da Corunha. Na sua intervenção afirmou a necessidade de se estimular uma atitude crítica dos fundamentos ideológicos que, mesmo que subrepticamente, enformam boa parte dos discursos quotidianos sobre a Educação. Falou ainda do papel que as organizações da globalização estão a exercer nas políticas educativas dos países. E referiu a OCDE (organização para a cooperação e desenvolvimento económico), a OMC e, não menos importante que as citadas, a ERT (*European Round Table of Industrialists*).

A esse propósito referiu o papel dos instrumentos que estas organizações utilizam - desde logo o PISA - e a forma como eles orientam as escolhas educativas nos países. Não é por acaso, referiu, que o PISA avalia a literacia matemática, científica e, no domínio da Língua, apenas a leitura. E perguntou - “E então as outras dimensões dos currículos? E a escrita, fundamental para a intervenção cidadã, porque não é avaliada?”. Nos painéis que se seguiram realizaram intervenções João Formosinho, David Rodrigues, Manuela



Um debate enriquecido por prestigiados especialistas da educação

Esteves, Maria Emília Brederode dos Santos, Luísa Mesquita, Almiro Lopes e Rolando Silva, que reflectiram sobre as mudanças necessárias na Escola Pública tendo em conta o alargamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos e as novas tarefas que são pedidas às escolas em vários domínios. O último painel contou com um esclarecedor debate com deputados de todos os partidos com assento na AR.

No encerramento intervieram Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF e António Avelãs, presidente da Direcção do SPGL. | Manuel Grilo

Jurjo Torres, Universidade da Corunha

Estes meses

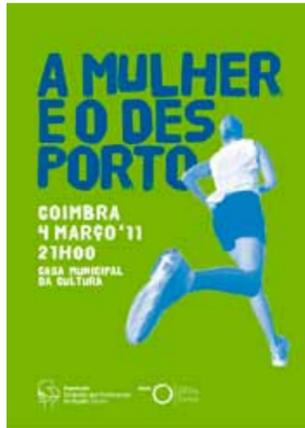
A venda, em todos os quiosques. Reserve-as já!

www.ediba.com

EDIBA

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Coimbra: sessão sobre as mulheres e o desporto



Como é já tradição, o Centro de Formação do Sindicato dos Professores da Região Centro comemora o Dia Internacional da Mulher com uma reflexão sobre a igualdade/desigualdade de oportunidades que ocorrem em vários sectores de actividade. Este ano, e por se tratar de um sector onde se constata uma enorme desigualdade de oportunidades baseada na discriminação de género, a reflexão será feita em torno do tema "A Mulher e o Desporto". Com esta iniciativa pretendemos contribuir para um maior conhecimento da desigualdade de tratamento

que é dada a mulheres e homens no desporto, e ao mesmo tempo despertar na consciência das pessoas a necessidade de lutar por uma efectiva igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no desporto e na vida.

Pretende-se ainda homenagear todas as raparigas e mulheres que mesmo com condições adversas, lutaram e lutam diariamente por uma maior e melhor participação feminina no desporto em Portugal. Nesta iniciativa a organização espera contar com a participação de atletas e ex-atletas, dirigentes, técnicas e mulheres que lutam por esta causa, que permitam, através das suas experiências pessoais e das instituições que representam, enriquecer o debate e a reflexão que faremos em colectivo. A iniciativa, dirigida a docentes, investigadores, agentes desportivos, atletas, estudantes e a outros interessados, decorrerá no dia 4 de Março, na Casa Municipal da Cultura de Coimbra, pelas 21 horas. ●

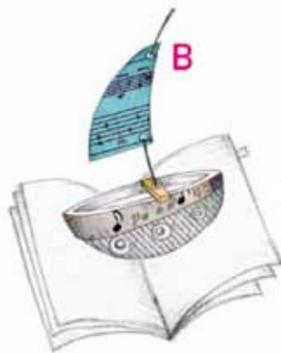
Participações: Anabela Sotaia – Coordenadora Adjunta do SPRC e membro da Direcção da Secção de Patinagem da Associação Académica de Coimbra; Ilda Figueiredo – Euro deputada do PCP; Isabel Lemos – Directora Técnica da Associação de Basquetebol de Coimbra; Joana Borlido – Capitã da equipa de Râguebi da Escola Superior Agrária de Coimbra e atleta da Selecção Nacional de Râguebi; Paula Botelho Gomes – Presidente da Associação Mulheres e o Desporto; Albertina Dias – Atleta Olímpica e Campeã Mundial de Estrada e de Corta-Mato

CRIANÇAS

"Para pequenos e outros tamanhos"

A *Camaleão*, prestigiada associação cultural de Coimbra, organiza aos sábados, às 11h00, na Casa das Artes (Fundação Bissaya Barreto), actividades subordinadas ao tema "Para pequenos e outros tamanhos".

No dia 5 de Março, decorrerá o atelier de máscaras de Carnaval, orientado por Pimpidu. ●



JORNADAS

"Nos Labirintos da Sexualidade: Educar Sem Banalizar"

O Centro de Formação e Inovação dos Profissionais de Educação (CENFIPE) das Escolas Associadas do Alto Lima e Paredes de Coura leva a efeito, nos próximos dias 18 e 19 de Março, em **Ponte da Barca** e **Arcos de Valdevez**, as Jornadas "Nos Labirintos da Sexualidade: Educar Sem Banalizar", que tem por objectivo abordar a educação sexual em contexto escolar. A iniciativa destina-se não só a professores, mas também a pais e encarregados de educação, técnicos de saúde, autarcas e todos aqueles que têm interesse e responsabilidades na administração da saúde e da educação. A data limite para inscrições é **11 de Março**. ●



EXPOSIÇÕES

"Crianças no Mundo – Com Direitos"

Destinada a crianças e jovens dos 5 aos 18 anos, está disponível para requisição a exposição itinerante "Crianças no Mundo - Com Direitos", organizada/produzida pelo Instituto de Apoio à Criança (IAC) em parceria com a Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI), o Espaço a Brincar - Uma Viagem pelos Direitos da Criança (Câmara Municipal de Lisboa - CML) e a Escola Profissional de Imagem (EPI). A exposição pode ser requisitada por escolas, autarquias e outras instituições que, para o efeito, a solicitarem. O empréstimo é concedido por um período máximo de 30 dias, conforme a disponibilidade da exposição. ●

Histórias da Ajudaris

O Departamento da Cultura do SPGL apresenta na Fialho de Almeida, do Bairro Azul (nº 3, 1070-128 Lisboa), uma exposição de ilustrações do livro "Histórias da Ajudaris", uma associação de carácter social e humanitário sediada na Freguesia de S. Ildefonso, no Porto.

+ INFO www.spgl.pt



FESTIVAIS

De Portalegre a Cascais, passando por Seia e pelo Funchal

No País do Jazz

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



A "carolice" de uns tantos "militantes", associada à colaboração de várias entidades, tendo como pano de fundo um trabalho de rigor na gestão de orçamentos e na qualidade dos programas, continua a fazer milagres em todo o País, garantindo ofertas de expressiva qualidade no panorama do jazz. Prova disso são os múltiplos festivais que se organizam em diferentes regiões, muitos deles já com historial, e onde, por norma, se juntam, de forma harmoniosa, o valor dos pesos pesados nacionais e estrangeiros com a irreverência das bandas jovens.

No fecho desta edição do JF regressava à Serra da Estrela o "Seia Jazz & Blues". A 7ª edição deste festival inter-

nacional foi marcada para 24, 25 e 26 de Fevereiro. Um dia antes (23) arrancava na Linha o "Cool Jazz Festival 2011", de Cascais, com concertos no Hipódromo Manuel Possolo e no Parque Palmela.

Terminando a 26 de Fevereiro, o Festival Internacional de Jazz de Portalegre voltava em força à cidade do Alto Alentejo, já na sua 9ª edição.

Na agenda estão ainda outros festivais de grande qualidade, como o do Estoril - Jazz num dia de Verão, a realizar entre 27 de Maio e 5 de Junho próximos. Um pouco mais tarde, na Madeira, decorrerá o 12º Funchal Jazz Festival, entre os dias 7 e 9 de Julho. São momentos que os amantes do jazz não podem deixar escapar! ●

INSTALAÇÃO

Vibração especial no Pavilhão do Conhecimento

O Pavilhão do Conhecimento-Ciência Viva, em Lisboa, continua com uma vibração especial, a manter nas próximas semanas, graças a c_Vib (Cymatics_Vibrating Interactive Boards), uma escultura sonora e musical do artista Simão Costa que explora as propriedades físicas do som enquanto fenómeno vibratório. A inauguração desta instalação decorreu no passado dia 5 de Fevereiro, no átrio do Pavilhão do Conhecimento, local onde a instalação permanecerá até **3 de Abril**. O acesso é gratuito. Simão Costa (1979) é músico, compositor e pianista premiado internacionalmente e foi um dos participantes da 1.ª edição do Programa Rede de Residências | Experimentação Arte, Ciência e Tecnologia promovido pela Direcção Geral das Artes e a Ciência Viva. Formada por cinco módulos interactivos feitos de madeira, cordas de instrumentos musicais e altifalantes, c-Vib é um projecto artístico de estudo do som e fenómenos vibratórios visíveis. ●

+ INFO www.pavconhecimento.pt/home/



TEATRO

"Azul Longe nas Colinas" no D. Maria II

Beatriz Batarda encena uma adaptação da peça "Blue Remembered Hills", do dramaturgo inglês Dennis Potter, estreada na BBC em 1979. Um texto chocante e comovente no qual actores adultos fazem de crianças que descobrem a violência do mundo. **Até 20 de Março** no Teatro Nacional D. Maria II (Sala Estúdio), em Lisboa. Actores em palco: Albano Jerónimo, Bruno Nogueira, Dinarte Branco, Elsa Oliveira, Leonor Salgueiro, Luísa Cruz, Nuno Nunes. ●

+ INFO www.teatro-dmaria.pt/



FESTIVAL

"Sons de Vez"

O conelho minhoto de **Arcos de Valdevez** vive nestas semanas (até 25 de Março) o festival "Sons de Vez", 9ª Mostra de Música Moderna Portuguesa. Os espectáculos decorrem na Casa das Artes (Jardim dos Centenários). ●

+ INFO www.casadasartes-arcosdevaldevez.blogspot.com/